

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**ADESÃO DE CABO VERDE À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO:
PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Ana Maria Gomes Pires

S. Vicente, Junho de 2010

INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**ADESÃO DE CABO VERDE À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO:
PROBLEMAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Ana Maria Gomes Pires

ORIENTADOR: Dr. Gil Costa

S. Vicente, Junho de 2010

*Para todas as coisas tenho força
Em virtude daquele que me
Confere poder.
Felipenses 4:13*

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar este trabalho à minha Mãe, Maria do Rosário Gomes Pires, e ao meu Pai, Silvino Pires, porque graças a eles aqui estou apresentando meu trabalho final do Curso de Contabilidade e Administração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que me deu a oportunidade de ter acesso ao conhecimento e me ajudou nos momentos mais difíceis e me acompanha na minha caminhada.

Ao longo do desenvolvimento desta monografia, recebi várias contribuições que me permitiram terminar e finalmente realizar minhas metas. Quero expressar minhas graças a todas estas pessoas que directa, ou indirectamente contribuíram para tornar este trabalho possível, especialmente ao Dr. Gil Costa pela paciência, disponibilidade e amizade com que demonstrou ao longo da concepção desta monografia, e pela forma como soube orientar-me na preparação deste trabalho.

Também quero agradecer a todos os Empresários que gentilmente participaram no inquérito subjacente a este trabalho, aos meus Colegas, especialmente Ana Lúcia, Ana Dias e Ivanilda, a todos os Professores do Curso de Licenciatura em Contabilidade e Administração, 2005-2010, que trabalharam connosco durante estes longos anos e nos prepararam profissionalmente, à Coordenação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE - quero manifestar o meu agradecimento sobretudo pelo espírito de companheirismo cultivado ao longo do estudo que, garantidamente, tornou tudo mais simples.

Especial obrigada vai para meus Pais e minhas Irmãs, pela forma como souberam aceitar a minha ausência no seio familiar e por todo seu apoio durante a preparação deste trabalho.

Da mesma forma, e com igual destaque, quero agradecer ao Engº Aguinaldo David, Dra Filomena Fialho, Dra Madalena Fabricio, Dra Vera Santos, pela pronta colaboração e empenho na disponibilização da informação que me permitiu dissertar sobre este tema.

Muito obrigado por tudo!

RESUMO

A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com ganhos significativos para o país, como atestam a recente adesão à Organização Mundial do Comércio, a graduação a País de Rendimento Médio e a Parceria Especial com a União Europeia.

No dia 23 de Julho de 2008, Cabo Verde tornou-se no 153º Estado membro da Organização Mundial do Comércio, sendo que nesta conquista foi o primeiro país Africano e o terceiro País Menos Avançado a conseguir este importante marco via negocial.

As vantagens advenientes desta adesão são muitas, sendo de destacar a maior confiança dos investidores no país ao propiciar-se a expansão do mercado e a realização de negócios num ambiente mais seguro e estável, e ainda a possibilidade de melhoria da qualidade de prestação de serviços, uma vez que tudo passou a ser norteadado por padrões e regras do comércio internacional.

Este trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica e exploratória necessária à construção de um referencial teórico sobre o assunto em questão, tendo como base artigos, livros, revistas e consultas em *websites*. Finalizando, para avaliação, apresentamos uma componente prática com base num questionário aplicado ao tecido empresarial, com perguntas abertas e de múltipla escolha, onde os inquiridos puderam fazer a sua apreciação relativa ao processo de adesão, e às expectativas advenientes.

Os resultados obtidos no final do trabalho mostraram de forma clara e inequívoca a necessidade de Cabo Verde se reorganizar, reforçar o sector privado e a competitividade das empresas, através de, designadamente: melhoria do ambiente fiscal das empresas, fomento e apoio às pequenas e médias empresas. Outrossim, há que dar seguimento as reformas no sector comercial, capacitando e formando quadros nacionais uma vez que estes desempenham um papel essencial no crescimento económico do país e permitem dar maior previsibilidade aos investidores, sendo este último um dos pilares decisivos no requisito do investimento externo.

ABSTRACT

The dynamics of the development of Cape Verde is becoming a constant, with significant gains to the country, as attests the recent adhesion to the World Trade Organization, the graduation to Country of Medium Revenue, as well as the Special Partnership with the European Union.

On July 23, 2008, Cape Verde became the 153rd State member of the World Trade Organization, and in this conquest it was the first African country and the third Less Advanced Country to get this mark through negotiable way.

The advantages proceeding from this adhesion are many, highlighting the investors' largest trust in the country when propitiating the expansion of the market and the accomplishment of business in a safer and stable atmosphere, and still the possibility of improvement of the quality of installment of services, once everything started being guided by patterns and rules of the international trade.

This work was elaborated based on bibliographical and exploratory researches necessary to the construction of the theoretical referential about the subject in question, based on articles, books, magazines and website researches. Concluding, for evaluation, we presented a practical component based on a questionnaire applied to the managerial stuff, with open and multiple choice questions, where the inquired could make his appreciation related to the adhesion process, and the proceeding expectations.

The results obtained at the end of the work, showed in a clear way the need of Cape Verde to organize, to reinforce the private sector and the competitiveness of the companies, through, namely: the improvement of the fiscal atmosphere of the companies, fomentation and support of the small and medium companies. Meanwhile, it is important to continue the reforms in the commercial sector, qualifying and forming national staff once they play an essential part in the economic growth of the country and allow giving a larger previsibility to the investors, being this last one, one of the decisive pillars in the requirement of the external investment.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP – África, Caraíbas e Pacífico
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento
AGOA – African Growth and Opportunity Act – Inglês
AGOA – Lei de Crescimento e Oportunidade da África – Português
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE – Acordo de Parceria Económica
BCV – Banco de Cabo Verde
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CCIASB – Câmara Comércio Industrial Agricultura e Serviços de Barlavento
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CILSS – Comité Inter-Estado para a Luta Contra a Desertificação
CNEES – Contas Nacionais, Estatísticas Económicas e dos Serviços
CNUCED – Conferências das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
CVE – Escudos de Cabo Verde
DLX – Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior
EIU – Economist Intelligence Unit
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – Português
GATS – General Agreement on Trade and Services – Inglês
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – Português
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade – Inglês
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISCEE – Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais
IVA – Imposto sobre o valor Acrescentado
MRL – Mecanismo de Resolução de Litígios
OIC – Organização Internacional do Comércio
OMC – Organização Mundial do Comércio
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

PME's – Pequenas e Médias Empresas

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

TEC – Tarifa Externa Comum

TRIMS – Acordo sobre Investimentos – Português

TRIMS – Trade Related Investment Measures – Inglês

TRIPS – Acordo sobre direitos de Propriedade Intelectual – Português

TRIPS – Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – Inglês

UA – União Africana

UE – União Europeia

USD – Dólares EUA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Acha benéfico para o tecido empresarial esta adesão à OMC?	37
Gráfico II - As vantagens e/ou oportunidades serão iguais para todas as empresas nacionais?	38

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Tabelas e Gráficos	45
ANEXO II - Cálculo da Amostra	48
ANEXO III - Explicação das Vantagens da OMC:.....	48
ANEXO IV - Explicação dos dez mal entendidos sobre a OMC	51
ANEXO V - Regime de Investimento Estrangeiro	54
ANEXO VI - Questionário	59
ANEXO VII - Países Membros OMC	62
ANEXO VIII - Gráficos sobre a Análise do Caso Prático	64
ANEXO IX - Lista dos Compromissos em Mercadorias	68

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VIII
I – INTRODUÇÃO	1
1.1 – Justificativa do Estudo.....	2
1.2 – Objectivo do Trabalho	2
1.3 – Utilidade Académica e Profissional do Trabalho	3
1.4 – Metodologia.....	3
1.5 – Estrutura do Trabalho	4
II – A OMC	5
2.1 – Génese e Evolução.....	5
2.2 – A OMC	7
2.2.1 – <i>Funções da OMC</i>	9
2.2.2 – <i>Objectivos da OMC</i>	9
2.2.3 – <i>Princípios da OMC</i>	10
2.2.4 – <i>Vantagens</i>	11
2.2.5 – <i>Críticas</i>	11
III – ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL DE CABO VERDE	12
3.1 – Situação Económica e Social.....	14
IV – O PROCESSO DE ADESÃO DE CABO VERDE À OMC	17
4.1 – Plano de Acção após a entrada na OMC	20
V - IMPACTOS PREVISÍVEIS PARA CABO VERDE APÓS A ENTRADA NA OMC	23

5.1 – Impactos Genéricos	23
5.2 – Impactos na Agricultura e Pecuária.....	24
5.3 – Impactos na Indústria.....	25
5.4 – Impactos nos Serviços	26
5.5 – Impacto nas Receitas do Estado	28
5.6 – Impacto no Consumidor	28
VI – VANTAGENS, DESVANTAGENS, RISCOS E DESAFIOS DA ENTRADA DE CABO VERDE PARA A OMC	29
6.1 – Vantagens	29
6.2 - Desvantagens.....	30
6.3 – Riscos	31
6.4 - Desafios.....	31
6.5 – Perspectivas	33
VII – ESTUDO DO CASO PRÁTICO	35
7.1 - Objectivos	35
7.2 - População e amostra.....	35
7.3 - Análise dos dados e Validação dos resultados	36
7.4 - Limitações da Análise	39
VIII – CONCLUSÃO	40
IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
X – ANEXOS.....	44

I – INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento de Cabo Verde visto numa perspectiva de longo prazo, tem sido marcado por uma trajectória ascendente, caracterizada por ganhos significativos à luz dos mais diversos indicadores nos domínios económico, financeiro, social, institucional, das infra-estruturas e ambiental, entre outros, pese embora a existência de reconhecidas vulnerabilidades associadas ao contexto de uma pequena economia insular em desenvolvimento e que dificultam a dinâmica de crescimento.

Nesta conformidade, e não obstante os ganhos acima referidos, o desenvolvimento do país continua a apresentar fragilidades persistentes, destacando-se por um lado, um elevado nível de pobreza associada a uma elevada taxa de desemprego e, por outro, uma elevada dependência do exterior, patente na baixa taxa de cobertura das importações pelas exportações, no défice elevado da conta corrente, e no peso elevado dos financiamentos externos concessionais.

O pedido de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC) foi solicitado em Novembro de 1999, o qual foi bem acolhido por esta instituição, tendo igualmente louvando os esforços já realizados por Cabo Verde para dar cumprimento às regras e princípios da OMC, sendo que seriam necessários esforços adicionais, devido à condição actual de Cabo Verde enquanto país menos avançado, facto que considerariam relevante no estabelecimento dos termos da adesão, pelo que se comprometeram a trabalhar de maneira construtiva e a oferecer assistência técnica para facilitar esta adesão.

A adesão de Cabo Verde à OMC constitui, por si só, um dos acontecimentos mais emblemáticos da actividade económica no arquipélago, e marca uma nova era para o país, constituindo um elemento essencial da estratégia para a nossa inserção no mercado global. Nesta perspectiva, acrescem novos desafios com os quais o país terá de se confrontar, com toda a complexidade das suas exigências, pois aliado à nossa adesão à OMC, juntam-se a graduação de Cabo Verde como país de rendimento médio, e a parceria estratégica com a União Europeia.

1.1 – Justificativa do Estudo

As razões de escolha deste tema devem-se sobretudo ao facto de, por um lado, Cabo Verde ter sido recentemente admitido como membro da OMC, e, no âmbito desse processo, ter um período de adaptação da sua legislação económica a esta organização, e por outro, o próprio impacto que esta adesão terá na nossa economia, sem descurar o facto de se tratar de um tema actual e de extrema importância.

Uma outra razão, não menos importante, advém do facto de que a nível nacional, e sobretudo entre aqueles que mais irão sentir o impacto desta adesão, os operadores económicos, este ser um processo que tem passado à margem dos seus conhecimentos, pelo que urge analisá-lo, entendê-lo, divulgá-lo e adequar as nossas estruturas para que se possa, por um lado, evitar constrangimentos, e por outro, tirar melhor proveito desta adesão.

1.2 – Objectivo do Trabalho

Com este trabalho visamos, analisar o impacto que a adesão de Cabo Verde à OMC terá na economia nacional, através de uma abordagem transversal das vantagens, desafios, riscos, e constrangimentos daí advenientes, mas sempre com um olhar nas perspectivas futuras.

No entanto, fazer esta análise requer um entendimento da própria organização, pelo que *a priori* será feita uma abordagem sintética do próprio processo evolutivo da OMC, desde a criação do GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, até à sua reestruturação e transformação na actual OMC.

1.3 – Utilidade Académica e Profissional do Trabalho

Pretende-se com este trabalho dar uma contribuição a nível profissional e académico no sentido de reforçar os conhecimentos teóricos relativamente a este tema. Sentir-nos-emos completamente compensados, se, o trabalho proposto se traduzir em alguma utilidade na consciencialização dessas classes para esta matéria de relevante importância.

O conhecimento, mesmo que de forma sumária, de realidades onde a prática já dispõe de tradição e tratamento sistemático, na nossa opinião, servirá para relevar a importância desta matéria e a necessidade de se criarem condições para a agilização no seu tratamento.

1.4 – Metodologia

Tendo em conta os objectivos preconizados, o desenvolvimento do trabalho terá como base: pesquisas bibliográficas, numa busca detalhada em diversos livros, manuais, revistas, *websites*, relatórios, entre outros; à aplicação de um questionário a empresários cuja actividade será influenciada pelo impacto da actual entrada do país para a OMC, entrevistas a técnicos e profissionais da área; toda a informação que enriquecer o conhecimento sobre as matérias que forem objecto de análise do trabalho.

Outrossim, importa realçar que onde for possível, e se justificar, faremos uma apreciação da situação existente e levantaremos as questões que se nos afigurarem convenientes e apropriadas, visando a concretização dos objectivos.

Quanto à natureza da pesquisa, fizemos um resumo dos assuntos; quanto aos objectivos, utilizámos uma pesquisa exploratória; nos procedimentos, utilizámos pesquisa de fonte de papel; quanto ao objecto, pesquisa bibliográfica; na forma de abordagem, pesquisa qualitativa.

Em termos formais, iremos submeter e respeitar todos os preceitos estabelecidos pelo ISCEE e inerentes à realização dos trabalhos de fim de licenciatura.

1.5 – Estrutura do Trabalho

Além da parte introdutória, o trabalho é elaborado com base na seguinte estrutura:

Capítulo I - visa sistematizar os aspectos teóricos que se pretendem estudar e a justificativa da sua abordagem, apresentando os objectivos, o objecto, a metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento e análise, com rigor científico, do estudo em questão, a delimitação, a relevância do estudo, bem como a sua organização;

No capítulo II - faz-se um estudo teórico sobre a OMC através de uma leitura transversal da génese e evolução, dos seus objectivos, funções, da importância e benefícios versus críticas, bem como dos seus princípios;

Capítulo III - apresenta um breve estudo sobre a estrutura económica e social do país recorrendo a alguns indicadores económicos;

Capítulo IV - revela o estudo sobre o processo de adesão de Cabo Verde à OMC.

Capítulos V e VI – referem-se a uma análise dos impactos previsíveis dessa adesão, incluindo as vantagens, desvantagens, riscos, desafios e perspectivas.

Capítulo VII – dedicado à elaboração de um estudo de caso, onde se analisam os dados e resultados obtidos com os questionários aplicados aos empresários sediados na ilha de S. Vicente.

Capítulo VIII – formaliza as principais conclusões sobre os resultados alcançados com o desenvolvimento desta pesquisa académica.

II – A OMC

2.1 – Génese e Evolução

O comércio é, e sempre foi um factor de desenvolvimento dos diversos países do mundo. Ao longo da história da humanidade, o comércio conheceu várias fases, desempenhou um papel preponderante na vida das civilizações, e tendo evoluído no decurso dos tempos para poder responder às leis da oferta e da procura dos mercados envolvidos nas relações comerciais.

Já no século XIX, o poderio económico da Grã-Bretanha, a nível mundial, aliado à revolução industrial inglesa que fez baixar os preços de custo de diversas mercadorias e produtos, levou a que se começasse a pensar na política de livre comércio entre países, abolindo assim as taxas alfandegárias na importação de mercadorias. Essas medidas, que foram suportadas por teorias de diversos pensadores da época, e não obstante terem levantado algumas objecções, acabaram por ser seguidas por outros países, nomeadamente a França e a Alemanha, sendo de resaltar que este ideal de livre comércio, sempre foi bem aceito nos períodos de expansão da economia, mas, contraditoriamente rejeitadas, nos períodos de recessão económica.

Com a recessão económica verificada entre os finais dos anos 20 até aos finais dos anos 30 do século XX, registou-se uma escalada proteccionista com cerca de metade do comércio mundial a ser afectado por barreiras alfandegárias.

No entanto, e após a Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de reconstruir a Europa, pelo que o continente europeu entrou numa fase de grande expansão, pelo que alguns países, nomeadamente os Estados Unidos da América (EUA) e outros, receando o poderio económico da Grã-Bretanha na altura, resolveram criar uma organização, a Organização Internacional do Comércio (OIC), com o intuito de eliminar o proteccionismo e permitir o livre comércio entre os países. Infelizmente, contra todas as expectativas na época, o Congresso americano não aprovou a adesão dos EUA, o principal impulsionador do processo, a essa organização. Receando que a Grã-Bretanha aumentasse ainda mais a sua hegemonia em plena altura de expansão da economia, os

vinte e três países envolvidos nesse processo acabaram por assinar em 1947 o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, que permitiria uma correcta aplicação das regras que presidem ao sistema comercial multilateral, à medida que a economia mundial conhecia então uma integração cada vez maior e cada vez mais abrangente. Com esse acordo estavam lançadas as bases para o arranque do sistema que regularia as relações comerciais.

A institucionalização do GATT como um foro de negociações comerciais resultou em uma primeira ronda de negociações ainda em 1947¹, e são as grandes potências que definem as regras do comércio internacional para produtos manufacturados.

O Acordo Geral é um tratado composto por 38 artigos que apresentam os princípios basilares da liberalização das trocas entre os países-membros, tendo por objectivo garantir o respeito de princípios que permitam uma concorrência leal entre as nações e viabilizar um processo contínuo de liberalização do comércio internacional. As partes contratantes devem ainda pautar por obrigações de não discriminação entre produtores nacionais e os exportadores que vendem no mercado nacional, impedir o “*dumping*” – venda de um bem exportado por um preço inferior ao praticado no mercado interno –, proibir medidas de restrição quantitativa às trocas efectuadas, salvo em casos especiais, como défice da balança de pagamentos, e medidas pontuais para evitar desequilíbrios económicos no país importador e, por fim, regulamentar os subsídios.

À medida que a economia mundial foi conhecendo uma integração cada vez maior, tornou-se cada vez mais importante uma correcta aplicação das regras que presidem ao sistema comercial multilateral. Assim sendo, em resposta à reconhecida incapacidade do GATT de actuar como efectivo garante de tais regras, os Estados que participaram na Ronda do Uruguai concordaram em criar uma organização internacional nova e mais forte para assumir a supervisão do comércio mundial, que alarga o seu leque de intervenção visando uma política concreta para o comércio mundial e para a prestação de serviços que começam a ganhar expressão na senda internacional, afectando por vezes a balança de pagamentos de certos países envolvidos, e originando assim a

¹ Gatt entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1948

criação do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e a definição de uma política agrícola que começa a merecer alguma atenção face a medidas proteccionistas por parte de alguns países, e da União Europeia (UE) em especial.

Não sendo uma instituição (era apenas um acordo), o GATT não preenchia importantes lacunas na vigilância das trocas comerciais e adopção dos acordos assinados. Assim sendo, e com o fim de as preencher que a OMC foi criada, estando hoje sediada em Genébra (Suiça), integrando 153 países, os quais representam mais de 97% do comércio mundial, de entre eles, Cabo Verde, o mais recente membro e o primeiro país africano a aderir à organização por negociação directa.

Um outro aspecto importante da OMC é o facto de ter chamado a si a responsabilidade na mediação dos conflitos entre os membros da organização, devendo as decisões ser tomadas por consenso entre os membros, para além da atenção que passou a dispensar à protecção da propriedade intelectual e aos direitos de autor, e que deu origem aos acordos Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) e Trade Related Investment Measures (TRIMS).

2.2 – A OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi estabelecida em Marraquexe e criada em 1995 na sequência do *Uruguay Round* (1986-94) para substituir o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) vigente desde 1945 como o único organismo regulador do comércio mundial. Iniciou a sua actividade em 1 de Janeiro de 1995, funcionando como uma organização internacional de finalidade política económico-social, de carácter intergovernamental, independente, e de cooperação entre os seus membros.

É a única organização que estabelece regras comerciais a nível mundial com efeitos vinculativos para os seus membros os quais negociam e assinam acordos que depois são ratificados pelo parlamento de cada nação e passam a regular o comércio internacional.

O enquadramento da OMC, organização internacional de direito próprio, difere substancialmente do Tratado provisório do GATT, pois, gere um pacote unificado de acordos a que todos os membros aderiram, integra no sistema de comércio multilateral novas áreas de cooperação, e instaura um novo mecanismo de resolução de litígios.

O Mecanismo de Resolução de Litígios (MRL) é provavelmente o elemento mais importante da OMC, pois, procura garantir a segurança e a previsibilidade por meio de procedimentos legais oficiais. A principal vantagem trazida pelo MRL é uma maior transparência na resolução de litígios, que se processa de um modo justo e imparcial, havendo sempre a possibilidade de recursos, podendo no entanto a OMC sancionar medidas de represália como último recurso.

No topo da pirâmide estrutural da OMC encontra-se a Conferência Ministerial, composta por representantes de todos os membros, que detém a responsabilidade global pela organização e a autoridade para tomar decisões sobre todas as matérias abrangidas por qualquer dos Acordos Comerciais Multilaterais, e que se reúne pelo menos de dois em dois anos. Subsequentemente está o Conselho Geral, composto igualmente por representantes de todos os membros, que assume as funções da OMC no intervalo entre as reuniões da Conferência Ministerial, e que tem a responsabilidade de estabelecer e supervisionar três Conselhos especializados que são: Conselho do Comércio de Mercadorias; Conselho do Comércio de Serviços; Conselho dos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio.

O acordo prevê ainda a criação dos seguintes comités:

- Comité do Comércio e Desenvolvimento
- Comité do Comércio e Ambiente
- Comité das Restrições relacionadas com a Balança de Pagamentos
- Comité do Orçamento, Finanças e Administração.

2.2.1 – Funções da OMC

A OMC tem como principais funções:

- Gerir os acordos comerciais da OMC;
- Funcionar como fórum para negociações comerciais;
- Solucionar as controvérsias comerciais levadas à Organização pelos Membros;
- Supervisionar as políticas comerciais nacionais;
- Promover cooperação com outras organizações internacionais;
- Proteger e fornecer assistência técnica, cursos de formação, para os países em desenvolvimento.

2.2.2 – Objectivos da OMC

Os objectivos são praticamente os mesmo que os do GATT, sendo a construção de um sistema comercial económico harmonioso a nível internacional, com o propósito de melhorar os níveis de vida das populações, aumentar os rendimentos, garantir o pleno emprego, assegurar o desenvolvimento da produção e do comércio, e a optimização da utilização dos recursos mundiais.

É também seu objectivo ajudar os produtores de bens e serviços, os exportadores e os importadores a conduzir as suas actividades. Contudo, o objectivo primordial da OMC é contribuir para que as correntes comerciais circulem com fluidez, liberdade, equidade e previsibilidade.

Neste sentido procura atingir os seus objectivos através das seguintes tarefas:

- Supervisionar e facilitar a aplicação de todos os acordos e instrumentos legais negociados no âmbito da Ronda do Uruguai;
- Funcionar como uma instância onde todos os membros poderão negociar as suas relações comerciais multilaterais;
- Administrar o novo Órgão de Resolução de Litígios;

- Gerir o Mecanismo de Exame das Políticas Comerciais que revê, de dois em dois anos, as políticas comerciais dos membros da OMC;
- Cooperar com o FMI e o BIRD na procura de uma maior coerência no estabelecimento das políticas económicas globais.

Compromete-se igualmente a:

- Administrar os acordos comerciais;
- Servir de fórum para as negociações comerciais;
- Resolver as disputas comerciais;
- Examinar as políticas comerciais nacionais;
- Ajudar os países em desenvolvimento nas questões de política comercial prestando assistência técnica e organizando programas de formação;
- Cooperar com outras organizações internacionais.

2.2.3 – Princípios da OMC

A OMC pauta-se por cinco princípios basilares na busca do livre comércio e também da igualdade entre os países, sendo:

- ***Princípio da Não Discriminação***, no qual um benefício concedido a um país terá de ser concedido também a outros países-membros;
- ***Princípio da Previsibilidade*** que garante e prevê as regras e o acesso ao comércio internacional por meio da consolidação dos compromissos tarifários para bens e serviços;
- ***Princípio da Concorrência Leal*** que visa garantir um comércio internacional justo sem práticas desleais;
- ***Princípio da Proibição de Restrições Quantitativas*** que impede aos países de fazerem restrições relativamente a quantidades a serem importadas ou de proibirem a importação de certos produtos;
- ***Princípio do Tratamento Especial e Diferenciado*** para Países em Desenvolvimento que estabelece vantagens tarifárias e medidas mais favoráveis a países nessas situações.

2.2.4 – Vantagens

A Organização Mundial do Comércio assume obviamente um papel fundamental no comércio mundial, pois é a única organização mundial que se ocupa das regras globais do comércio entre países, sendo inegável o seu contributo para o crescimento da economia mundial e para a expansão comercial que se tem vindo a assistir nas últimas décadas.

De entre as claras vantagens da adesão a OMC, abaixo são enunciadas as consideradas mais importantes que o sistema multilateral de comércio da OMC proporciona a todos os países membros:

1. Contribui para a manutenção da paz,
2. Permite que as disputas sejam tratadas de forma construtiva,
3. Permite a redução do custo de vida pela prática do comércio livre,
4. Baseia-se em regras e não no poder,
5. Fornece ao consumidor a possibilidade de escolha e maior leque de qualidade,
6. Aumenta o rendimento,
7. Estimula o crescimento económico, fomentando o emprego,
8. Proporciona maior eficácia económica,
9. Protege os governos de interesses específicos,
10. Encoraja a boa governação.

2.2.5 – Críticas

No que concerne as críticas à OMC, existem várias opiniões sobre os prós e contras do sistema “multilateral” do comércio e da OMC. De facto, uma das principais razões da existência deste sistema baseia-se na possibilidade dos países poderem discutir as suas diferenças comerciais, sendo que as pessoas também podem participar, não de forma directa, mas através dos seus governos.

Porém, a OMC não se livra também de algumas críticas que lhe são dirigidas, pois, por diversas vezes afirma-se que a política de não discriminação não é respeitada, que a sua

política acentua o fosso entre ricos e pobres, que dita as políticas comerciais, advoga pelo livre comércio a todo o custo, os interesses comerciais têm prioridade sobre o desenvolvimento, não se preocupa com o meio ambiente, não se preocupa com a saúde e a segurança, destrói postos de trabalho e acentua a pobreza, os países pequenos carecem de poder dentro da OMC, que é o instrumento dos grupos de pressão poderosos, que os países mais frágeis vêem-se forçados a aderir à OMC, ou seja, que é uma organização antidemocrática.

III – ESTRUTURA ECONÓMICA E SOCIAL DE CABO VERDE

O facto de Cabo Verde ser um arquipélago constituído por dez ilhas implica um duplo condicionamento, o primeiro derivado da sua condição insular e o respectivo distanciamento de qualquer outro território continental (e os consequentes custos acrescidos da insularidade) e, o segundo condicionamento que deriva da descontinuidade física do território o que leva a um distanciamento entre as várias ilhas e à inerente multiplicação de infra-estruturas. É também um país extremamente dependente de transferências externas e sem recursos naturais assimiláveis, o que provoca um enorme grau de dependência.

Apresenta-se contudo, e em sentido favorável, a nossa localização geográfica privilegiada, fazendo com que Cabo Verde tenha uma posição de relevo no Atlântico médio, caminhando presentemente para o auge da sua economia e, desempenhando uma função importante na circulação de mercadorias, pessoas e na segurança da região africana.

A construção da economia global ofereceu a Cabo Verde oportunidades que, devidamente aproveitadas, abrem vias importantes de desenvolvimento socioeconómico e, nesse âmbito, defende-se uma estratégia de desenvolvimento económico com áreas específicas de intervenção, nomeadamente, comércio, prestação de serviços e turismo, onde o bom funcionamento do mercado constitui um dos principais vectores para as relações com os diversos agentes económicos.

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)², a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro³ desde 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o African Growth and Opportunity Act (AGOA) e o acordo de Cotonou⁴, a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)⁵ em Janeiro de 2004 e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia são factores de suma importância no desenvolvimento económico do país que, a partir de Janeiro de 2008, foi classificado de desenvolvimento médio.

² A CEDEAO, instituída em 1975 por quinze países da África Ocidental, tem como principal objectivo o estabelecimento de uma união aduaneira e de um mercado comum, no sentido de promover a livre circulação de mercadorias e de pessoas nos países-membros. Cabo Verde aderiu em 1977 a esta organização.

As relações com a CEDEAO complicaram-se devido a um problema que se vem agravando em que os cidadãos da CEDEAO permanecem em Cabo Verde mesmo depois de os seus vistos terem vencidos, o que levou o Governo a manifestar a sua intenção em “re-discutir”, pelo menos este aspecto da sua participação na CEDEAO.

³ Resolução nº 81/V/98 de 11 de Maio de 1998. A taxa de câmbio fixa era de €1 para CVE 110.265. Esse regime de *peg* fixo deixam pouco espaço para implementação de políticas monetárias autónomas em C.V.

⁴ O Acordo de Cotonou é um acordo comercial entre a União Europeia e os países ACP. Assinado a 23 de Junho de 2000 em Cotonou, Benim, este acordo entrou em vigor 1 de Abril de 2003 visando ir regulamentar a relação ACP-UE pelo menos até 2020, sendo que afectará mais de 100 estados: os 25 Estados-membros da UE e os 77 países ACP e sucede à Convenção de Lomé. O objectivo primordial do acordo é a redução da pobreza até à sua erradicação, o desenvolvimento sustentável, e a integração progressiva e faseada dos países ACP na Economia Mundial.

⁵ O IVA estabelece uma taxa geral no valor de 15% e uma de 6% para os serviços de hotelaria e restauração, sendo que alguns bens considerados essenciais ao consumo estão isentos (taxa 0%). A introdução deste imposto *ad-valorem* surge na sequência de uma profunda reforma fiscal, o qual permitiu não só melhorar o desempenho da máquina fiscal, mas como também aumentar a arrecadação da receita.

3.1 – Situação Económica e Social

O posicionamento Geopolítico de Cabo Verde é complexo, multifacetado e em constante evolução, tendo o actual Primeiro-ministro traduzido este desafio nestes termos: “Cabo Verde foi sempre a porta de entrada para as Américas, a África e a Europa. Queremos dar uma grande contribuição ao desenvolvimento do corredor Atlântico, dando ao empresariado, as condições necessárias para a utilização de Cabo Verde como uma plataforma para os continentes.”

Cabo verde conheceu, nos últimos anos, um crescimento económico robusto, tendo o Produto Interno Bruto (PIB)⁶ registado um crescimento médio de 5.7 por cento no período 2000-2005, e atingindo 10.7 por cento em 2006, sendo que em 2007 o crescimento foi de cerca de 6,7 por cento. Este crescimento acima de dos 5% permitiu uma melhoria significativa da média do nível de vida, tendo-se igualmente verificado nesse período que a inflação manteve-se sempre abaixo dos 2 por cento por ano (embora, excepcionalmente, tenha dado um salto temporário em 2006 para 4,8%), 4,4% em 2007 e 6,8% em 2008, segundo dados do INE.

O PIB per capita aumentou de 26,9% em termos reais entre 2002 e 2007, sendo que o défice corrente externo diminuiu substancialmente, de 11% do PIB em 2002 a 2,6% em 2005 (5,1 por cento em 2006). O montante da dívida interna passou de 33,5% do PIB em 2005 para 26,9% do PIB em 2006, ou seja, prosseguiu uma nítida trajectória de redução e atingiu em 2008 os 25.103,5 milhões de escudos, face aos 27.607,1 milhões de 2007, o que representou um decréscimo de 9,1% (4,6% em 2007). Por seu turno, a dívida externa (48.9 por cento em 2005 e 45 por cento em 2006) é considerada sustentável. A dívida externa efectiva do sector público administrativo em Cabo Verde cresceu 6,4% em 2008, atingindo 53.443 milhões de CVE (83 milhões de USD), sendo esta dívida maioritariamente realizada com credores bilaterais (98%) e com credores multilaterais (1,9%).

⁶ O PIB é calculado com uma periodicidade anual, como sendo a soma do valor acrescentado da actividade económica (óptica da produção) agrupada em 48 ramos e ainda por componentes das despesas finais realizadas no país (óptica da despesa).

Segundo o relatório de estabilidade financeira de 2008 do Banco de Cabo Verde, num contexto globalmente adverso de forte desaceleração da actividade económica mundial e tendo em conta o grau de abertura da economia cabo-verdiana, em particular com a Zona Euro, a economia nacional apresentou em 2008 um abrandamento no ritmo de crescimento económico com o PIB a crescer 5,9% em termos reais, face aos 6,7% registados em 2007 (ver nos anexos, gráfico I – Evolução do PIB). Este desempenho do produto traduz, essencialmente, o forte abrandamento da procura interna, tendo registado uma redução no seu contributo para o crescimento económico de 15,6 p.p. em 2007 para 6,8 p.p. em 2008, em resultado sobretudo da evolução do consumo e investimento privado.

O sector do Turismo continuou a ser o pilar dominante da economia de Cabo Verde. Não obstante o aumento no número de visitantes que se traduz também numa variação positiva das receitas, assiste-se no entanto à uma diminuição do rácio receitas em percentagem do PIB, em parte devido à desaceleração no ritmo de crescimento das receitas face a anos anteriores, fruto do contexto internacional adverso. (ver nos anexos, quadro - Indicadores de Turismo).

Em 2008, a taxa de inflação medida pelo índice de preços no consumidor (IPC) apresentou uma pronunciada tendência de aceleração, com a taxa de variação média 12 meses a atingir os 6,8%, 2,4 p.p. acima do valor registado no ano anterior. A taxa de variação homóloga acumulou altas sucessivas até ao 3º trimestre do ano atingindo em Outubro os 10,2%, o valor mais elevado dos últimos anos. Após este período, a taxa de variação homóloga inverteu a sua tendência ascendente, para se situar em 6,7% no final do ano.

Os maiores contributos para a variação homóloga da inflação advieram das classes dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, dos transportes, das rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis que contribuíram com cerca de 72% para a formação do IPC nacional, sendo que esta variação do índice de preços traduziu em larga medida o comportamento dos preços dos produtos energéticos e dos bens alimentares transformados que registaram perfil ascendente durante o ano.

A evolução da Balança de Pagamentos, em particular da sua Conta Corrente, tem sido condicionada pelo comportamento das importações de bens e exportações de serviços, tendo-se registado em 2008 um agravamento do défice da conta corrente, a qual esteve associado à desaceleração do ritmo de crescimento das exportações líquidas de serviços, que cresceram somente 6,8% em 2008 contra os 36% de 2007, porquanto registou-se um crescimento menos acentuado das importações de bens, que resultou do decréscimo significativo das importações de bens de capital e da desaceleração no ritmo de crescimento das importações de combustíveis, 10,3% em 2008 face aos 55,4% em 2007, não obstante o aumento das importações de bens de consumo e intermédios.

Assim, apesar da evolução positiva do saldo da conta financeira, o aumento do défice da conta corrente contribuiu para a diminuição das Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior (DLX) do sector monetário. (ver nos anexos, quadro - Evolução da Balança de Pagamentos).

Não obstante os aumentos significativos do rendimento médio nos últimos anos, a pobreza continua a ser um problema para algumas camadas vulneráveis específicas da população. Embora o nível de pobreza tenha diminuído em cerca de 10 pontos percentuais entre 2001/02 e 2007, ou seja, de 36,7% em 2001 para 26,6% em 2007, de acordo com os dados do INE, essa diminuição é mais acentuada no meio urbano do que no meio rural, observando-se ainda diferenças significativas a nível dos concelhos e segundo as características sócio-demográficas do chefe do agregado (a população aumentou de 444.921 em 2001 para 505.756 em 2008), sendo que para muitas famílias o sustento muitas vezes depende do sistema não-contributivo do sistema de protecção social, assim como das remessas dos familiares emigrantes.

O fraco ritmo de criação de emprego e a elevada taxa de desemprego na camada juvenil (41,8% com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos) e nas mulheres torna o problema mais grave, não obstante o país dispor dos indicadores mais significativos da região (CEDEAO), nomeadamente maior PNB *per capita*, com valores superiores a USD\$ 3200 em 2009.

IV – O PROCESSO DE ADESÃO DE CABO VERDE À OMC

As razões para a entrada de Cabo Verde para a OMC constituem um elemento estratégico para a transformação do nosso país, pois, passa a funcionar como um “*Gateway*”⁷ para a África e para o Mundo, aumentando desse modo o seu prestígio internacional, com facilidades de acesso a outros mercados e ainda a possibilidade de prestar serviços “*offshore*”⁸.

Para alcançar esse desiderato, o país terá de melhorar ainda mais a boa governação, facilitar, modernizar e utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação nas diversas instituições, principalmente naquelas ligadas ao comércio, prestação de serviços e turismo, igualar as oportunidades de negócio e promover investimentos, produtividade e competitividade.

O processo de adesão de um país à OMC é por consenso dos membros, e a admissão faz-se por etapas, através de um processo complexo que leva vários anos, uma vez que na OMC nada é imposto, tudo é negociado. Assim, o país interessado em integrar a organização, deverá formular a sua intenção para efeitos de análise, sendo que após a sua aprovação deverá submeter as suas concessões aos países-membros da organização, obedecendo sempre à cláusula da nação mais favorecida.

Para ter acesso à OMC, o país candidato necessita adequar a sua legislação interna aos diversos acordos existentes no âmbito da organização. Subsequentemente segue a fase das concessões tarifárias, em que cada país membro faz uma lista de pedidos de redução tarifária para produtos que tem interesse em exportador para o país candidato. Estas listas são entregues ao país candidato, que estudará e concederá reduções tarifárias naqueles produtos que julgue não prejudiciais à estabilidade da sua economia.

⁷ *Gateway*, ou porta de ligação, é uma máquina intermediária geralmente destinada a interligar redes, separar domínios de colisão ou mesmo traduzir protocolos.

⁸ Actividade «*offshore*»: actividade económica dirigida para os mercados externos, a ser exercida exclusivamente com não-residentes, através de operações denominadas noutra moeda.

Havendo consenso entre todos os países membros da OMC de que a quantidade e o nível de concessões são satisfatórios, o país candidato será aceite como novo membro da organização. Caso contrário, retomam-se as negociações sendo que as decisões no âmbito da OMC são tomadas sempre sob o princípio do consenso.

Depois do acordo final e da adesão oficial, entra-se num período de transição que pode ser mais ou menos longo, consoante o estado de desenvolvimento do país. De uma forma geral, os países mais desenvolvidos têm um período de transição mais curto, pois, as medidas de adaptação interna são mais simples, enquanto os países mais pobres são obrigados a períodos longos por causa dos efeitos das reduções tarifárias faseadas, assegurando uma adaptação tranquila e equilibrada das receitas, de forma a permitir uma adequação das receitas do Estado ao novo sistema aduaneiro.

No caso de Cabo Verde, estabeleceu-se um período de dez anos para o equilíbrio financeiro, ou seja, até 2018, enquanto, por exemplo, para a China, estabeleceu-se um período de transição de apenas dois anos.

Ao nível da análise do processo de adesão à OMC, o processo de Cabo Verde levou apenas nove anos, enquanto que em comparação ao caso da China, este levou quase vinte anos, devido ao elevado nível de industrialização e exportação desse país, principalmente no sector dos têxteis, que representa uma ameaça, a nível mundial.

Contudo, o não cumprimento das normas impostas pela OMC leva à aplicação de sanções que são estabelecidas pelos membros da organização em reuniões próprias, e que são muito penalizantes.

No caso da adesão de Cabo Verde à OMC, o governo apresentou formalmente o seu pedido em 1999, o qual foi aceite, tornando-se assim no primeiro país africano e o terceiro ainda na qualidade de País Menos Avançado (PMA) a aderir à OMC pela via negocial.

Em 2000, o Conselho Geral da OMC criou o Grupo de Trabalho (*Working Party*) que foi presidido pelo embaixador dos Estados Unidos, Dr. David Shark, para gerir o processo de adesão. Entretanto, os trabalhos só viriam a começar a 1 de Julho de 2003, quando Cabo Verde apresentou o seu memorando sobre o Comércio Externo, documento este que descreve o regime do comércio externo de Cabo Verde em vários aspectos (regime de importação, exportação e direitos aduaneiros), assim como as políticas económica, monetária, fiscal, cambial e de pagamentos e os sistemas político, judicial e outros.

As negociações com os membros da OMC tiveram o seu início em 2004, a dois níveis: multilateral e bilateral. A nível bilateral, Cabo Verde negociou compromissos com países como Brasil, Canadá, Japão, Estados Unidos da América, União Europeia e China.

De 2004 a 2007 foram realizadas seis reuniões de trabalho para avaliar o estado das negociações bilaterais, multilaterais e os ajustamentos legais e administrativos. Durante este período, o Grupo de trabalho da OMC apresentou progressos significativos, respondendo às questões-chave em relação à lista dos compromissos em Serviços e Mercadorias. Sete anos depois da criação do grupo de trabalho, Cabo Verde viu aprovado o Protocolo de Adesão, a 18 de Dezembro de 2007, durante a reunião do Conselho Geral da OMC, realizada em Genebra, Suíça.

Para alcançar os objectivos preconizados para a entrada na OMC, o Governo estabeleceu para o sector do comércio os principais objectivos:

- Criação de um ambiente legal e institucional favorável ao desenvolvimento das actividades comerciais;
- Modernização do sector;
- Reforço da competitividade externa das empresas e produtos nacionais e a diversificação dos mercados de fornecimentos, através da adesão à OMC, da dinamização das trocas comerciais com a CEDEAO e da cooperação bilateral e multilate

O processo de adesão comportou três fases:

1. A primeira foi a fase de negociações, bilaterais e multilaterais, para a consolidação dos compromissos de Cabo Verde que culminou com a aprovação do Protocolo de Adesão pelo Conselho Geral da OMC;
2. A segunda foi a aprovação da Resolução nº 73/VII/2008 pelo Parlamento Cabo-verdiano, a 26 de Maio de 2008, e a assinatura da ratificação do Protocolo de Adesão pelo Presidente da República, a 20 de Junho de 2008;
3. A terceira fase será a da implementação de um serviço de notificação e monitorização de execução dos Planos de Acção Sectoriais, os quais contêm a calendarização das acções a serem realizadas até 2018, visando, entre outros objectivos, a convergência normativa.

O protocolo de Adesão, aprovada pela Assembleia Nacional na sua Reunião Plenária do dia 26 de Maio de 2008, através da Resolução nº 73/VII/2008, foi publicado, a 19 de Junho de 2008, no Boletim Oficial. Seguindo os trâmites da adesão à OMC, Cabo Verde foi aceite como o 153º membro de pleno direito da Organização no dia 23 de Julho de 2008.

4.1 – Plano de Acção após a entrada na OMC

Para a prossecução dos objectivos almejados pela OMC seria, como não podia deixar de ser, indispensável e inevitável uma transformação e adaptação da legislação vigente no país em certas áreas de actividade, de forma a poder responder às necessidades da OMC.

Assim sendo, depois do processo de adesão, as seguintes alterações já foram efectuadas na legislação cabo-verdiana, como a Publicação da legislação sobre a arbitragem e mediação; Revisão da legislação sobre comércio interno e externo; Adopção da nomenclatura do sistema harmonizado; Publicação do Código de Propriedade Industrial;

Estabelecimento dos pontos de inquérito e notificação; Revisão do Decreto-Lei N° 63/89 de 14 de Setembro.

No entanto, e como este é um processo gradual, estão ainda em carteira acções para o ajustamento comercial e económico, tais como:

1- Promover um funcionamento saudável e eficiente do mercado, através da criação de um quadro normativo sobre o comércio, nomeadamente o regime jurídico do comércio interno e externo e leis sobre a concorrência e preços, com vista ao funcionamento efectivo do mercado e a salvaguarda da sã concorrência entre os diversos operadores;

2- Promover a fiscalização da actividade comercial e da concorrência, permitindo a defesa dos interesses dos consumidores e do abastecimento do mercado;

3- Promover a organização do sector comercial através da modernização das empresas, do reforço da sua competitividade externa e da diversificação dos mercados de fornecimentos;

4- Promover as parcerias estratégicas e o desenvolvimento das trocas comerciais através do contorno da exiguidade do mercado interno, da falta de recursos naturais, da fragilidade do sector produtivo e dos constrangimentos no acesso aos mercados internacionais dos bens e serviços para a exportação;

5- Promover em concertação com as Câmaras de Comércio, e outras associações representativas dos operadores comerciais, **o abastecimento e a defesa dos interesses dos consumidores,** permitindo às populações o acesso a bens alimentares, em quantidade, qualidade e preços adequados, e incentivar a melhoria e o desenvolvimento de canais de distribuição e a promoção das associações de defesa dos consumidores;

6- Promover o reforço das capacidades técnicas e institucionais, nomeadamente no quadro da OMC, em benefício do sector do comércio, realizando acções de formação

nas áreas de negociações comerciais, acordos da OMC, línguas (francesa e inglesa), entre outros domínios, em parceria com as associações empresariais (Câmaras de Comércio), OMC e outros parceiros bilaterais, nomeadamente a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED);

7- Conceber e implementar programas de formação específica em complemento das acções de formação ministradas pela OMC e outras organizações internacionais;

8- Emissão de Títulos de Comércio Externo on-line, a criação da base de dados do Comércio, e a criação do diploma que permite a implementação do Sistema Nacional de Qualidade.

A política de actuação visando a realização dos objectivos acima propostos para os ajustamentos comerciais e económicos irá requerer a definição e adopção de medidas de políticas concretas a vários níveis (institucional, legal, regional e internacional), visando o desenvolvimento sustentável, num quadro de mercado livre e concorrencial, que obrigará à adopção de políticas de formação e capacitação técnica e institucional, a regulação e fiscalização do mercado, ao aumento da competitividade da produção nacional, à dinamização, coordenação e concertação com as Câmaras de Comércio e associações comerciais, a incentivar a criação de um serviço de informação comercial, a **regulamentar** o pacote de diplomas sobre o comércio e adequação aos acordos da OMC, a **promover a inserção no espaço económico e regional** através da dinamização das trocas comerciais, e a um acompanhamento das actividades da CEDEAO.

Deverá ainda promover a **integração no espaço económico internacional** com outros países da OMC, consciencializar os operadores da necessidade de adequar, nas importações, a relação de um **produto de qualidade a preços competitivos**, **promover a valorização da produção nacional e das exportações visando a diversificação da oferta** e abastecimento dos sectores potencialmente competitivos que são o *Turismo* e a Prestação de Serviços.

V - IMPACTOS PREVISÍVEIS PARA CABO VERDE APÓS A ENTRADA NA OMC

A liberalização das trocas comerciais, a par do desarmamento das barreiras alfandegárias, pode suscitar numa primeira fase efeitos negativos nos sectores produtivos do país devido à sua vulnerabilidade económica⁹, como a baixa capacidade produtiva interna e a forte dependência da sua economia de factores externos, os elevados custos dos factores de produção, para além do espírito empresarial incipiente que repousa em actividades de baixo valor acrescentado, pouco diferenciadas e com fraca capacidade de marketing.

5.1 – Impactos Genéricos

No que concerne as trocas comerciais e Cabo Verde com o resto do mundo, os dados estatísticos nacionais apontam para uma forte dependência das importações, contrapondo com uma fraca capacidade de exportação devido, sobretudo, a uma indústria incipiente, destacando-se Portugal como o principal e mais importante parceiro comercial de Cabo Verde.

Em 2008 os países da Zona Euro, importaram cerca de 78% dos produtos nacionais, tendo Portugal destacado como o principal fornecedor de mercadorias para o país, representando cerca de 50,3% das importações cabo-verdianas, seguido pelos Países Baixos. A Espanha e o Brasil tiveram também algum peso enquanto países de origens das importações cabo-verdianas. (ver nos anexos, quadro - Distribuição Geográfica das Importação de Bens).

Esta diversificação de mercados é positiva e necessária, podendo potenciar novas oportunidades em termos de negócios e de actividades. Contudo, o facto de o país ter um comércio externo centrado nos países da UE e com excessiva dependência, em

⁹ Vulnerabilidade é o conjunto de factores que pode **aumentar** ou **diminuir** o risco a que estamos expostos em todas as situações de nossa vida. A vulnerabilidade económica é um critério com um peso maior que os outros porque é a economia que deve gerar índices de desenvolvimento humano e rendimento per capita.

particular Portugal, vem torná-lo mais vulnerável face ao desmantelamento das barreiras alfandegárias, apesar do surgimento de novos fluxos comerciais com possíveis efeitos duradouros, designadamente pela intensificação do comércio com o Brasil, os EUA, a Espanha e os Países Baixos.

5.2 – Impactos na Agricultura e Pecuária

As condições climáticas adversas e a natureza do solo constituem fortes limitações ao desenvolvimento de uma agricultura, que permita satisfazer, pelo menos, as necessidades da população. Embora mais de 20% da população ainda viva da agricultura, actualmente este sector apenas contribui actualmente com cerca de 5% para o PIB de Cabo Verde, quando em 1994, em conjunto com as pescas, representava cerca de 13%.

Com a liberalização das trocas comerciais a nossa agricultura sairá a perder uma vez que a produção nacional tem poucas hipóteses de concorrer a nível do binómio preços versus qualidade com produtos importados, salvo em determinadas alturas do ano.

No caso da pecuária, e face aos elevados custos de produção advenientes da falta de pasto, o que obriga à compra de rações e outros complementos alimentares, e à redução dos direitos aduaneiros, o impacto será grande a nível dos preços, o que irá diminuir a auto-suficiência alimentar existente, face à impossibilidade de competir com os preços da carne importada. A criação de frangos a nível nacional é exemplo de um caso paradigmático, pois o preço de venda do produto nacional é mais caro do que o importado.

Nestas condições, a entrada livre de produtos oriundas da UE e de outros países, põe em risco a sobrevivência destes sectores, uma vez que, mesmo com os direitos aduaneiros que antes havia em vigor os produtos europeus já eram competitivos no mercado, com a liberalização tornar-se-ão ainda mais competitivos.

5.3 – Impactos na Indústria

Apesar de apresentar um peso relativamente reduzido no PIB de Cabo Verde, a indústria transformadora vem assumindo uma importância crescente no que se refere às exportações do país, sobretudo a partir de 1992, na sequência da aprovação da nova legislação do investimento estrangeiro. A maior parte destes investimentos foram realizados por empresas portuguesas, destinando-se a produção aos mercados da UE, no quadro dos benefícios decorrentes dos acordos que isentavam de direitos os produtos industriais originários dos países ACP.

O sector da indústria de Cabo Verde representa cerca de 5 por cento do PIB, sendo que a maior parte do empresariado industrial é de pequena-escala. Dado o custo dos factores de produção, nomeadamente, a energia e água, a falta de disponibilidade de matérias-primas/*inputs* local, a existência dum mercado local pequeno e fragmentado, e a falta de incentivos industriais extruturantes em Cabo Verde, a “produção industrial” não é, no contexto actual, um sector promissor. Contudo, e face a estratégia do governo de transformar um país num *hub*, e a inserção dinâmica na CEDEAO, e dos benefícios disponibilizados pelo programa AGOA, existe um potencial de produção industrial, sobretudo voltada para o mercado da África ocidental, razão pela qual Cabo Verde beneficia hoje do Programa de Qualidade para a África Ocidental, visando incrementar as nossas exportações.

O principal produto industrial de exportação do país tem sido o que resulta da sua actividade piscatória (conservas de peixe), representando a exportação, em 2007, 4% do valor das exportações, com um valor aproximado de 3 mil milhões de Escudos de Cabo Verde (ECV), sector este que desempenha um papel estratégico no desenvolvimento económico do país, não pelo peso da sua contribuição para o PIB, mas devido ao impacto significativo que tem no combate ao desemprego.

Nas posições seguintes surgem o vestuário, calçado e acessórios, que, no seu conjunto, representaram cerca de 40% do total exportado no mesmo ano. Por seu turno, a indústria dos produtos alimentares e bebidas é ainda muito incipiente.

Existe também o sector de fabrico de mobiliários de madeira e o sector de artigos metálicos que detêm um maior número de empresas e que geralmente têm um carácter artesanal, com poucas perspectivas de desenvolvimento industrial.

Contudo, atendendo à experiência adquirida, deveriam dispor de um certo apoio visando o desenvolvimento de novas actividades que possam acrescentar valor ao mercado e assegurar a manutenção de postos de trabalho, que ainda têm uma expressão bastante aceitável.

Tendo em conta que a maior parte dos produtos industrializados do país não tem como destino o mercado interno, mas sim a exportação, prevê-se que, o sector cresça em termos de número de indústrias, sobretudo a investimentos externos, mas fica a chamada de atenção para o facto de, se os operadores locais não se capacitarem, poderão enfrentar concorrência interna por parte das novas indústrias.

5.4 – Impactos nos Serviços

Os serviços desempenham um papel importante para o crescimento da economia de Cabo Verde, tendo-se verificado no período de 1998-2002, que os serviços foram responsáveis por aproximadamente 65% do PIB do país, 67,5% em 2005, 67,6% em 2006 e 69,5% em 2007, o que representa uma média de crescimento de 8,4 por cento para os três anos analisados. Mais de 75% das exportações de Cabo Verde são (exportações) de serviços.

Os cinco sectores de serviços mais significativos foram as telecomunicações, a construção e engenharia, o turismo e serviços relacionados, os transportes e os serviços financeiros, sendo que hoje é claro a vocação da economia cabo-verdiana para prestação de serviços, notando-se inclusive uma maior dinâmica e crescimento neste sector. Contudo, e dada a concentração deste sector em certos serviços específicos, e logo mais vulneráveis, fica mais exposta a choques, nomeadamente os do exterior.

Comércio Internacional

Ao nível do comércio internacional é extremamente difícil analisar a sua evolução, já que os dados estatísticos divergem fortemente, conforme as fontes consultadas, sendo que para esta disparidade concorrem principalmente os diferentes critérios utilizados relativamente aos combustíveis transaccionados nos entrepostos de reabastecimento e às operações comerciais das empresas industriais estabelecidas no país, ao abrigo do regime das empresas francas.

De qualquer modo, e independentemente das fontes nacionais ou internacionais utilizadas, Cabo Verde tem uma posição pouco relevante no comércio internacional e apresenta tradicionalmente uma balança comercial fortemente deficitária. Esta tem-se agravado bastante nos últimos anos, o que deve ser encarado com alguma naturalidade, tendo em conta o forte crescimento das importações de bens de equipamento, materiais de construção e outros produtos, que a implementação dos novos projectos de investimento acarreta. (ver nos anexos, quadro - Evolução da Balança Comercial)

A assinatura do Acordo de Parceria Económica (APE), com a redução de direitos e a liberalização das trocas comerciais, acelerará a circulação de mercadorias, intensificará e agilizará os canais de distribuição e proporcionará, naturalmente, um acréscimo de actividade comercial. Isto implicará maiores volumes de negócios e a reestruturação do sector do comércio contribuindo assim, para o crescimento económico do país.

Relativamente ao impacto sobre o tecido comercial, esta poderá ser positivo, se gerar empresas mais competitivas e com melhores padrões de qualidade de prestação de serviços aos clientes, mas poderá ser negativo, se fomentar a cartelização, o poder do importador/armazenista, que passará a aplicar margens mais elevadas.

5.5 – Impacto nas Receitas do Estado

As políticas tarifárias de Cabo Verde atravessam um período de mudanças, em parte devido ao processo de negociações com vista à sua ascensão à OMC, sendo que a implementação do novo Código Aduaneiro, baseado num sistema harmonizado, está prevista para fins de 2007.

As autoridades Caboverdianas, com a assistência técnica do FMI, planeiam limitar os incentivos fiscais na sua maioria isenções de impostos de importação - ao mesmo tempo que se processará a reforma o Código Fiscal, sendo que ao nível da CEDEAO está a ser levado a cabo um estudo abrangente sobre as implicações, para Cabo Verde, da aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC) da CEDEAO.

Os valores arrecadados com a tributação dos produtos importados representaram 13.6 por cento das receitas do Governo em conta corrente, sendo certo que o principal objectivo das tarifas tem sido o de aumentar as receitas do Estado e a protecção da indústria doméstica que já sendo pequena, vai diminuindo com o tempo.

No entanto com a adesão à OMC estima-se uma perda anual de receita na ordem dos 40%, por força da redução dos montantes de cobrança em direitos de importação. No cenário actual, e face ao grau de dependência das taxas de importação como forma de financiamento do seu Orçamento de Estado, qualquer baixa ou supressão de direitos aduaneiros terá consequências sérias nas receitas públicas, o que poderá por em causa as políticas sociais do país, contrariando um dos objectivos do Acordo de Cotonou que consiste no combate tendente à redução da pobreza.

5.6 – Impacto no Consumidor

Com a liberalização do mercado, os consumidores passarão a ter possibilidades de escolha de um maior leque de produtos diversificados e de melhor qualidade. Em termos de acesso ao produto, estaremos em pé de igualdade com os consumidores europeus devido às regras a seguir por todos os países membros, prevendo-se uma oscilação em baixa nos preços ao consumidor das mercadorias importadas, traduzindo-se no aumento do bem-estar da população (óptica do consumidor).

VI – VANTAGENS, DESVANTAGENS, RISCOS E DESAFIOS DA ENTRADA DE CABO VERDE PARA A OMC

6.1 – Vantagens

Com a adesão à OMC, Cabo Verde pode aproveitar ainda mais dos benefícios do programa norte-americano AGOA, e reforçar o sector de serviços e transportes, e bem como a criação de pequenas e médias empresas.

De igual forma passará a beneficiar de:

- Maior credibilidade e Transparência;
- Garantia de acesso aos mercados de bens e serviços dos 152 membros da OMC, com maior segurança e com regras iguais para todos;
- Prestígio, dará mais credibilidade ao investimento externo e desenvolverá o sector privado, trazendo mais negócios e mais qualidade de vida para os cabo-verdianos;
- Expansão do ambiente de negócios;
- Maior competitividade face a preços mais baixos;
- Maior diversidade de mercados de aquisição de produtos;
- Maior segurança para as empresas nas suas relações comerciais;
- Maior leque de leis actualizadas relativas ao comércio externo;
- Maior credibilidade para as exportações;
- Maior notoriedade de Cabo Verde, pois, pode votar na OMC.

Outras das vantagens dessa adesão, têm a ver com a diversidade de mercados de aquisição de produtos, e de maiores oportunidades, que o país passará a beneficiar, com tendência para a redução dos preços, devido à maior concorrência, que poderá também ser estimulada a nível nacional.

São apontados o reconhecimento da capacidade do país em seguir as regras do comércio internacional, traduzindo-se num ganho em termos de credibilidade e de estímulo à realização dos negócios que conseqüentemente permitirão maior desenvolvimento do

sector privado, trazendo mais negócios e mais qualidade de vida para os cabo-verdianos. Esta adesão vai ainda garantir uma certa segurança aos investidores externos e Cabo Verde vai ser apoiado em matéria de boa governação e de modernização, além de harmonização de leis, mais consentâneas com os mercados externos, isto porque se regista algum receio enorme de investidores de países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, sobretudo em relação à África, onde existe uma certa e muitas vezes errada percepção de imprevisibilidade legislativas.

Este acordo, no qual Cabo Verde é signatário permite ao país comercializar os seus produtos no mercado europeu, com tarifas competitivas, comprometendo-se a aplicar tarifas abaixo dos 40 por cento para os produtos agrícolas e, próximas de 30 por cento para os produtos não agrícolas.

Esta liberalização do mercado proporciona:

- Maior atracção do investimento externo;
- Promoção da inovação e do empreendedorismo;
- Redução dos custos e aumento da qualidade dos produtos;
- Aumento da taxa de difusão tecnológica;
- Aumento do emprego;
- Maior tendência de redução dos preços dos produtos, devido a uma maior concorrência;
- Maior diversificação no mercado de aquisição e maiores oportunidades de escolha de produtos.

6.2 - Desvantagens

Tratando-se de um processo transversal, é natural haver impactos negativos, que podem ser minimizados ou, no melhor dos casos neutralizados, caso o país estiver preparado. Assim sendo, importa elencar e analisar quais as consequências para a economia nacional que esta adesão à OMC aporta, sendo certo que as desvantagens notar-se-ão ao nível de:

- Menor autonomia para o país, por ter de se cingir às normas da OMC;
- Maior concorrência estrangeira no país;
- Em termos financeiros, poderemos fazer referência ao impacto negativo que irá provocar no Orçamento do Estado a quebra de receitas dos direitos aduaneiros derivada do desarmamento alfandegário que segundo uma fonte do Governo irá implicar uma perda de 40 por cento das receitas fiscais;
- Em termos económicos, poderemos destacar o impacto decorrente da concorrência dos produtos comunitários que podem comprometer sectores chave da economia cabo-verdiana, designadamente, a agricultura e pecuária e indústria e, simultaneamente, da necessidade de desarmar progressivamente as suas barreiras aduaneiras;
- Os operadores terão que normalizar a sua postura em relação aos padrões internacionais;
- Uma eventual descida das taxas de importação, poderá implicar o aumento das importações da União Europeia e uma repercussão negativa na capacidade produtiva do país.

6.3 – Riscos

- Insuficiência, numa primeira fase, de recursos humanos capacitados tecnicamente para gerir os dossiers da OMC;
- Insuficiência de informação adequada por parte da classe empresarial;
- Insuficiência de formação da equipa aduaneira e de fiscalização;
- Insuficiência de formação da população referente à entrada de Cabo Verde para a OMC.

6.4 - Desafios

De todos os desafios, o maior foi sem dúvidas o de aderir à OMC antes da graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio. Neste âmbito, Cabo Verde beneficiou de todas as regalias concedidas aos países menos avançados (PMA), pelo que ficam os seguintes desafios:

- Cabo Verde terá que adequar/actualizar e regulamentar o quadro normativo em conformidade com as normas internacionais, sendo os mais urgentes as que dizem respeito à legislação comercial, às medidas sanitárias e fitossanitárias, ao código aduaneiro e à Lei de Direitos de Autor;
- Capacitação dos técnicos nacionais tendo em vista uma participação efectiva nas negociações comerciais (este desafio já está sendo trabalhado no âmbito das acções de formação, tanto a nível interno como na sede da OMC);
- Aprofundar as reformas económicas, para criar uma economia mais competitiva com claras vantagens competitivas em áreas chave;
- Melhorar a produtividade da economia e fazer uma liberalização progressiva do mercado, além de implementar reformas no sector das alfândegas e trabalhar para que as empresas aumentem a sua produtividade;
- Implementar uma profunda reforma fiscal, em consequência do desmantelamento das alfândegas, que permita substituir a perda das receitas alfandegárias por outras fontes de cobrança de impostos;
- Desenvolvimento de ofertas estruturadas, distintivas e inovadoras (aproveitando os nossos diferenciais culturais, históricos e naturais), alinhadas com propostas de qualidade para o Turismo cabo-verdiano que nos permitem competir com êxito no mercado global e nos mercados alvo. A evolução do sector a nível mundial possibilita um forte crescimento do sector em Cabo Verde, mas requer, ao mesmo tempo, uma estratégia de actuação que permita responder à sofisticação da procura e das ofertas concorrenciais;
- A reestruturação da administração pública, através da criação de uma melhor e actualizada regulamentação para a simplificação dos procedimentos administrativos, das taxas, dos requisitos e exigências dos processos comerciais;

- Capacitação do país para ser menos dependente da ajuda externa, o qual passa, para além da administração pública, por uma forte intervenção do sector privado, sobretudo nos sectores mais dinâmicos da economia, como o do Turismo, melhorando consideravelmente o ambiente de negócios.

Para conseguir enfrentar com optimismo todos estes desafios, o Governo de Cabo Verde já contemplou desde 2008 no seu Orçamento de Estado, uma componente significativa para o reforço da fiscalização, para poder dar combate a fuga e a evasão fiscal, aos "negócios clandestinos", tudo para que o país possa funcionar em perfeita adequação as normas e acordo da OMC.

6.5 – Perspectivas

Politicamente estável, economicamente em crescimento e bem organizado do ponto de vista social, Cabo Verde é hoje um país *sui generis* no quadro dos países da África Ocidental.

Assim sendo, e no âmbito da nossa adesão à OMC, perfilam as seguintes perspectivas:

- Criar novas condições para apostar em novos investimentos estratégicos com o objectivo de aumentar a capacidade produtiva nacional e diminuir a dependência dos mercados externos, nomeadamente o europeu;
- Assumir-se enquanto país chave no espaço geopolítico de cruzamentos entre a África, Europa e América;
- Tornar-se numa plataforma eficiente de circulação de bens, interesses e pessoas.

Para minimizar os constrangimentos e concretizar essas novas perspectivas, terá que superar impactos negativos tais como:

No comércio internacional:

- Excessiva dependência da UE e, em particular, de Portugal, colocando o país numa posição muito vulnerável;
- Fraca cobertura das importações pelas exportações, colmatada pelas remessas de emigrantes que obrigam à prática de taxas de juro elevadas.

E transformação desses sectores mais sensíveis:

- Agricultura e pecuária – no sector da agricultura de subsistência e na produção de carne;
- Indústria – no sector alimentar e bebidas que dificilmente poderá subsistir e no mobiliário que necessitará de reconversão;
- Comércio – depauperamento dos operadores nacionais e degradação dos centros das cidades;
- Pobreza – a pobreza atinge mais de 1/3 da população e está associada a uma elevada taxa de desemprego. O crescimento do PIB tem sido acompanhado pela problemática da pobreza relativa a revelar um agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento.

Potencialidades a reforçar:

- Turismo – com um desenvolvimento impetuoso, pouco diferenciado e pouco programado;
- Transportes: papel do Porto Grande - Mindelo no *transshipment* e nos serviços à navegação transoceânica e Praia (passageiros – cruzeiros) e aeroportos internacionais (Sal, Boa Vista, Praia e S. Vicente);
- Pesca – o sector com a maior dotação de factores – o mar – e o mais abandonado;
- Indústria – de média tecnologia, diferenciada e com estratégia de marketing;
- Telecomunicações – com boas infra-estruturas, bom funcionamento e boa gestão. Com boas possibilidades para instalação de “*call-centers*” internacionais;
- Energia eólica ainda não explorada;
- Sector financeiro com destaque para o micro-crédito que tem tido um papel relevante no apoio às actividades de pequena dimensão.

VII – ESTUDO DO CASO PRÁTICO

Para consolidar ou apoiar o nosso estudo decidimos incluir uma componente prática que consiste num estudo/análise da percepção dos empresários de São Vicente em relação ao processo de adesão de Cabo Verde à OMC, estudo este que teve por base a aplicação de um inquérito.

Para analisar estatisticamente os dados recolhidos através de um questionário elaborado com perguntas abertas e de múltipla escolha, utilizou-se o *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), tendo-se utilizado como método de selecção da amostra, o método probabilístico ou de amostragem aleatória.

7.1 - Objectivos

A percepção da apreciação/opinião dos operadores económicos relativamente ao processo de adesão de Cabo Verde à OMC, país na qual exercem a sua actividade comercial, é fulcral para o entendimento do nível de informação que possuem sobre o dossier e, conseqüentemente, do seu grau de preparação para os desafios que a própria adesão acarreta.

Conhecer até que ponto os empresários nacionais estão informados sobre os reais objectivos, vantagens, desvantagens e oportunidades que esta adesão trará a Cabo Verde, é de suma importância, pois espelham o nível de adequação do nosso sistema comercial às normas e regras da OMC, podendo, na base disso, inferir sobre a sua capacidade de enfrentar os desafios que este processo gera.

7.2 - População e amostra

A população investigada foram os empresários sedeados em São Vicente, sendo que o tamanho da população foi de N=395 (segundo dados do INE) e estabeleceu-se um nível de confiança de 95%, e um erro de estimação de 5%.

Para obter o tamanho da amostra, foi aplicada uma fórmula de cálculo (ver anexo1), onde se obteve uma amostra no total de 195 empresas; destes, foram aplicados 50 questionários com perguntas estruturadas e tendo-se obtido 46 respostas.

7.3 - Análise dos dados e Validação dos resultados

Para classificar os empresários inquiridos por empresas, fez-se a divisão baseada nas seguintes variáveis: Micro Empresa, Pequena Empresa, Média Empresa, Grande Empresa, partindo-se do princípio de que os empresários das grandes empresas têm mais acesso à informação. Pôde-se verificar que 35,71% dos empresários inquiridos, pertencem a grandes empresas, 33,33% a pequenas empresas, 21,43% a médias e 9,52% a micro empresas. (ver gráfico III no anexo)

A maioria dos inquiridos (76,19%) sabem ou têm noção do que é a OMC, sendo que destes, cerca de 92,68% tem a noção de quais são os seus objectivos, estatística esta que se deve ao facto de hoje termos à nossa disposição uma grande ferramenta de pesquisa que é a Internet onde podemos encontrar qualquer informação disponível. (ver gráfico IV e V no anexo)

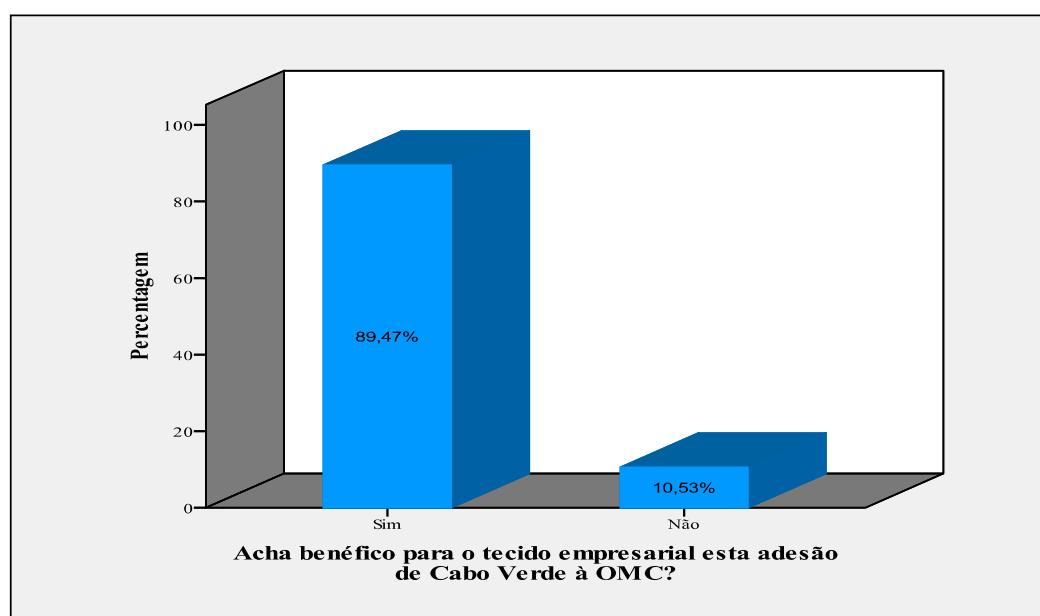
Ainda que 98% têm conhecimento de que Cabo Verde é membro da OMC, mostrando que estão atentos às mudanças de cenários em Cabo Verde, apenas 36% é capaz de formular uma opinião crítica a respeito desta adesão, enquanto que a maioria, (64%) dos empresários são unânimes em dizer que as informações disponibilizadas não foram ou não têm sido suficientes para permitir formular uma opinião acerca da adesão, o que comprova que o conhecimento de que Cabo Verde já é membro da OMC é apenas superficial, desconhecendo quais os seus princípios, objectivos, vantagens/oportunidades e desvantagens desta adesão. (ver gráfico VI e VIII no anexo)

Na opinião deles, deveriam ser organizadas/realizadas conferências e palestras com informações mais claras a respeito, acções de formação, *workshops*, seminários, encontros temáticos com os empresários e bem como utilizarem todos os meios de comunicação disponíveis, ou seja, uma maior divulgação. Só assim será possível a que

todos tenham um conhecimento claro sobre o assunto, permitindo-lhes fazer projecções sobre os desafios, ameaças, e oportunidades.

Conforme o gráfico I, 89,47% dos inquiridos acham que esta adesão é/será benéfica para o tecido empresarial porque trará melhores condições para o desenvolvimento, crescimento, e consequentemente mais oportunidades de investimento. Dará acesso a um amplo mercado com regras bem definidas tornando as transacções comerciais estandardizadas e mais seguras, proporcionando investimentos, competitividade, modernização e consequentemente aumento da qualidade dos produtos e dos serviços, possível baixa de preços e taxas. Proporcionará um maior leque de relações comerciais entre a UE e África e uma plataforma entre esta e o continente americano. Os nossos produtos passarão a ser conhecidos internacionalmente, sendo que os nossos empresários beneficiarão das acções de formação e intercâmbios com investidores estrangeiros, da criação de parcerias internacionais, da aquisição de novas tecnologias, aumentando o nosso *know-how*.

Gráfico I - Acha benéfico para o tecido empresarial esta adesão à OMC?



Fonte: SPSS

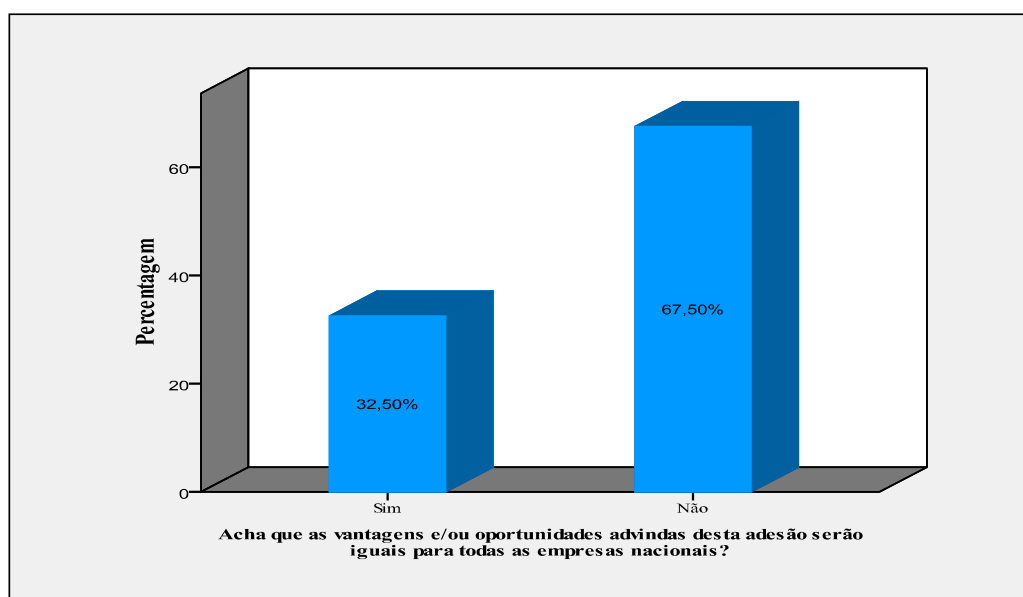
Não obstante a adesão já estar efectivada, 10,53% dos empresários acham que aderir sem antes preparar o tecido empresarial nacional poderá trazer grandes riscos e

constrangimentos para os produtores nacionais, pois o facto de estarmos livres de barreiras tarifárias, para uma economia frágil caracterizada por um tecido produtivo com baixa produtividade e sem a qualidade desejada, capaz de competir com outros a nível global que beneficiam de outros incentivos poderá ser desvantajosa para Cabo Verde.

Embora 72,5% dos inquiridos concordam que ainda não dá para sentir quaisquer mudanças, acham que as vantagens e/ou oportunidades não serão iguais para todas as empresas nacionais (conforme gráfico II) devido à: fraca estrutura, regulação interna e preparação das pequenas empresas, que irá colocá-los em posição de desvantagem, sobretudo na gestão da informação, por não se encontrarem no mesmo patamar de desenvolvimento. Também as oportunidades não serão semelhantes para todos os sectores de actividade porque tudo depende da dinâmica, da sua área de negócios, da sua dimensão e da sua capacidade financeira, quem não conseguir acompanhar, ficará para trás, as mais fracas tendem a desaparecer. (ver gráfico IX no anexo)

Só estarão preparados as empresas que souberem tornar-se competitivas, adoptarem estratégias empresariais, saberem aproveitar os benefícios reduzindo os riscos e se prepararem para o choque da liberalização das trocas comerciais.

Gráfico II - As vantagens e/ou oportunidades serão iguais para todas as empresas nacionais?



Por fim, perguntou-se ao tecido empresarial nacional se está preparado para enfrentar os desafios que adesão à OMC acarreta, e com a análise chegou-se a conclusão que não, porque, conforme disseram, não estão preparados para enfrentarem a concorrência com o sistema internacional e os desafios daí advenientes; ainda têm de se adaptar às normas da OMC, o que não será fácil, devido à forma de pensar do cabo-verdiano, as pequenas empresas ainda não estabeleceram financeiramente, por falta de apoio à modernização, de acesso ao crédito em condições favoráveis, de informação sobre OMC dos seus mecanismos de funcionamento e de resolução de diferendos, e insuficiência a nível de organização. (ver gráfico X no anexo)

Da análise dos resultados, ficou evidente que apesar de os empresários estarem informados da adesão de Cabo Verde à OMC, ainda há muito por dizer e por fazer. Há muita falta de informação da parte do Governo, das Câmaras de Comércio sobre as políticas da OMC, no sentido de prepararem os empresários para enfrentarem os desafios que acompanham esta adesão. As PME's precisam ser mais bem preparadas, modernizadas, desenvolvendo capacidades financeiras e técnicas, ter mais conhecimento do mercado onde irão competir e ser integradas, para poderem enfrentarem a concorrência das empresas com longa tradição no mercado internacional, sob ameaça de desaparecerem.

Ficou ainda claro que é urgente uma maior monitorização deste processo por parte do grupo de trabalho OMC, permitindo desta forma disponibilizar maior informação ao tecido empresarial, e por outro prever os possíveis impactos que essa adesão trará à Cabo Verde, não descurando da premente necessidade de formação sobre o tema OMC.

7.4 - Limitações da Análise

Houve restrições no que tange à bibliografia de suporte à matéria em estudo e no acesso a alguns dados actualizados de estatística sobre a evolução económica do país. Houve também algumas dificuldades em aplicar e conseguir o levantamento dos questionários, porque nota-se que ainda existe uma resistência enorme da parte dos empresários submetidos a um questionário, em conceder informações ou disponibilizarem um pouco do seu tempo colaborando, não obstante tratar-se de um tema e que lhes afecta directamente.

VIII – CONCLUSÃO

A Organização Mundial do Comércio assume obviamente um papel fundamental no comércio mundial, pois é a única organização mundial que se ocupa das regras globais do comércio entre países. É inegável o seu contributo para o crescimento da economia mundial e para a expansão comercial que se tem vindo a assistir nas últimas décadas.

Ao longo deste trabalho, foram enunciadas as diversas vantagens que o sistema multilateral de comércio da OMC proporciona a todos os países membros, cendo certo que apesar das inúmeras vantagens, a OMC não se livra também de algumas críticas que lhe são dirigidas.

Em suma, e contrabalançando os aspectos positivos e negativos, constata-se que a OMC é uma instituição indispensável. Caso não existisse, o comércio e a economia internacionais não estariam tão desenvolvidos, e haveria certamente uma maior quantidade de conflitos entre os países no que se refere às trocas, sendo certo que os preços dos produtos seriam significativamente mais elevados face a sua qualidade, e não existiria tanta variedade de produtos disponíveis.

A análise das oportunidades, dos desafios e dos riscos encorajaram a formulação de políticas baseadas numa visão do futuro e numa estratégia da sua implementação, constituindo a agenda nacional de longo prazo.

Face às vulnerabilidades que caracterizam as pequenas economias insulares, como é o caso de Cabo Verde, é necessário evitar que o progresso, ou seja, a redução da pobreza e a modernização da sociedade, dependa apenas de uma dinâmica mono sectorial omnipresente (turismo ou apenas outro sector).

Impõe-se, assim, o alargamento da base produtiva a sectores que resultam das condições naturais do país (geografia, clima e mar versus turismo, transportes e serviços) e a emergência de uma classe empresarial e de uma força de trabalho mais dinâmicas e combativas, munidas de uma cultura de inovação que constituirá a alavanca da renovação contínua do progresso, no contexto da competição internacional.

A busca de parcerias estratégicas direccionadas para sectores nucleares e que impulsionem o processo de alargamento da base produtiva constitui um indispensável complemento.

De entre os vários ganhos advindos desta adesão Cabo-Verde à OMC, um em especial salta logo à vista: o país, as empresas e os empresários cabo-verdianos passam a ter acesso a mercados mais amplos para onde podem exportar os seus bens e serviços sendo certo que o aumento das exportações permite mais crescimento económico e mais emprego que por seu turno irá permitir ao país resolver o crónico problema do enorme défice da sua balança comercial. Para isso, a aposta deve ser forte nas pequenas e médias empresas industriais e prestadoras de serviços, com forte vocação exportadora.

Outras conquistas terão como beneficiários os próprios consumidores que passarão a ter acesso a produtos mais diversificados, de melhor qualidade e a preços mais competitivos.

Ao nível do empresariado nacional não resta outro caminho que não seja aproveitar esta oportunidade e apostar na excelência, modernizando os métodos de gestão e de produção, implementando os critérios de gestão empresarial, apostando na inovação e no conhecimento.

Assim sendo, a formação de quadros e, sobretudo, a formação de peritos em matérias específicas ligadas à OMC, a cooperação económica regional e internacional e a negociação comercial tornam-se imprescindíveis.

Porém, importa prosseguir e aprofundar as iniciativas para fazer face aos desafios e riscos identificados, permitindo que o sistema possa manter e melhorar o seu contributo para o financiamento da economia nacional num contexto de eficiências, de boa gestão do risco e de acesso ao financiamento por parte dos agentes económicos.

Ou seja, é melhor ousar competir a permanecer na mediania e na ineficiência.

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

Cortesão, L., Leite, C. & Pacheco, J. A. (2002). *Trabalhar por projectos em Educação – Uma inovação interessante?* Porto: Porto Editora.

Estrela, E.; Soares, M. A. & Leitão, M. J. (2008). *Saber escrever – uma tese e outros textos*, 6ª edição. Alfragide: Dom Quixote.

Lima, J. Á. - “Ética na Investigação”. In LIMA, Jorge Ávila, PACHECO, J. A. (orgs.) (2006). *Fazer Investigação – Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto: Porto Editora.

Rainelli, M. (1998). *A Organização Mundial do Comércio, Coleção Questões de Economia*, Terramar.

Silva, A. C. R. (2006). *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade – Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses*. Porto: Porto Editora, p. 47 - 77.

Thorstensen, V. (2001). *OMC: As Regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. 2ª Edição, São Paulo: Aduaneiras.

Documentos Oficiais

Boletim Oficial 2º Suplemento - Lei nº 51 VII/2009 de 30 de Dezembro de 2009, que reduz algumas taxas de direitos aduaneiros, negociados no quadro da adesão de Cabo Verde a OMC.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (Cabo Verde). *NOVAS OPORTUNIDADES E NOVOS DESAFIOS: A Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio.* Brochura.

Atelier

Tema: Os Benefícios da Adesão à OMC, INDP S. Vicente, 26 de Janeiro de 2010, apresentado por:

- Thomas Mathew – A OMC e o “doing business”
- Rajesh Aggarwal – O Sector privado e o ambiente comercial internacional
- Carlos Guido – Compromissos tarifários de Cabo Verde junto da OMC

Outras Referências (revistas especializadas e fontes na Web utilizados):

Panapress.com – OMC promove seminário sobre política comercial em Cabo Verde

Portugalzone.com – Adesão de Cabo verde na OMC, 25/01/10

Universia.com.br/matéria/matéria – A OMC, 25/01/10

www.ine.cv (Instituto Nacional de Estatísticas) 22/02/10

www.wto.org (Organização Mundial do Comércio) 25/01/10

www.unctad.org (United Nations Conference on Trade and Development) 22/02/10

www.bcv.cv (Banco Central de Cabo Verde) 03/02/10

www.governo.cv/documentos/Adesão_OMC (Site oficial do Governo de Cabo Verde) 10/02/10; 25/01/10

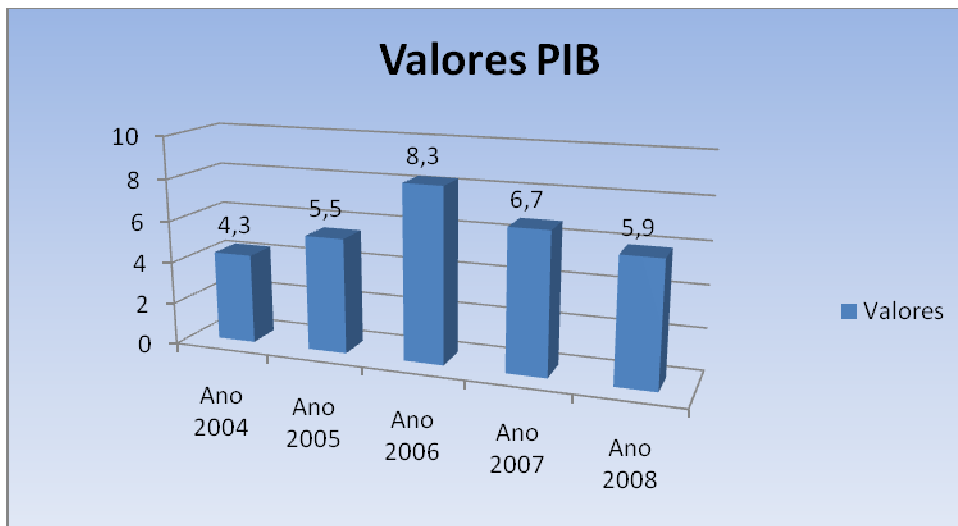
www.portondinosilha.cv 12/03/10; 22/03/10

www.governo.cv 12/03/10

ANEXOS

ANEXO I - Tabelas e Gráficos

Evolução do PIB



Indicadores de Turismo

	2006	2007	2008
Hóspedes	241.742,00	267.188,00	285.141,00
Receitas de Turismo* (milhões CVE)	17.495,40	23.495,50	25.334,40
Receitas de Turismo em % PIB	16,80%	20,40%	19,40%
Participação nos serviços**	52,20%	59,70%	60,80%

Fonte: Banco de Cabo Verde

* Crédito de viagens de turismo, Balança de pagamentos

** Crédito de viagens de turismo/crédito total dos serviços

Evolução da Balança de Pagamentos

	(mil milhões)				
	2004	2005	2006	2007	2008 ²
CONTA CORRENTE	-11,8	-3,6	-7,2	-15,8	-16,2
Balança Comercial	-33,7	-31	-40,7	-53,2	-53,5
Exportações de Bens	5,1	7,9	8,4	6,5	8,6
Importações de Bens	-38,7	-38,9	-49,1	-59,8	-62,1
Balança de serviços	2,8	5,4	11,6	15,8	16,8
Balança de Rendimentos	-1,7	-3	-3,5	-2,5	-3,5
Transferências Correntes	20,7	24,9	25,4	24,2	24
CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA	10,8	3,5	8	15,6	23,7
Investimento Directo Estrangeiro	6	7,2	11,5	15,3	15,7
Investimento de Carteira	0	0	0	0,3	0
Outros Investimentos	6	-0,6	0	5	8
Activos de Reserva	-3,3	-5	-5	-7,1	-2,3
Balança Global	3,2	5,1	5	7,1	1,9
<i>Por Memoria</i>					
Balança Corrente +Balança de Capital	-9,7	-1,7	-5,7	-13,6	-14,2
<i>outros Investimentos</i>					
Taxa de Cobertura ¹ (%)	46	55,5	59,1	55,1	57,8
Défice Corrente incluindo Transferências Correntes em % PIB	14,4	4	6,9	13,7	12,4
Défice Corrente excluindo Transferências Correntes em % PIB	39,6	23,8	31,4	34,7	30,8
Importações de Bens e Serviços em % PIB	69,6	64	68,4	72,4	66,7
Remessas de Emigrantes em % PIB	11	13,1	11	9,3	8,5
Dívida Pública Externa em % PIB (liq.)	0,6	2,6	2,2	2	2,5
Reservas Internacionais Líquidas do BCV (meses de importação)	2,4	2,8	3,2	4,1	4,2

Fonte: BCV

1 Taxa de cobertura das importações de bens e serviços pelas exportações de bens e serviços

2 Dados provisórios

Distribuição Geográfica das Importação de Bens

	2006		2007		2008	
	Milhões de CVE	Estrutura em %	Milhões de CVE	Estrutura em %	Milhões de CVE	Estrutura em %
Portugal	14.711,8	30,9	27.059,3	45	31.369,7	50,3
Países Baixos	□ □ □ □ □ □ □ □	13,3	9.771,2	16,2	10.576,2	17
Bélgica	712,7	1,5	695,0	1,2	608,7	1
Brazil	2.571,9	5,4	3.743,3	6,2	3.528,7	5,7
Itália	2.004,9	4,2	2.275,1	3,8	1.695,5	2,7
Alemanha	428,5	0,9	853,9	1,4	975,2	1,6
Espanha	3.608,1	7,6	2.666,5	4,4	4.533,3	7,3
EUA	6.102,4	12,8	697,8	1,2	539,1	0,9
França	1.184,1	2,5	5.721,7	9,5	1.256,1	2
Reino Unido	649,5	1,4	621,4	1	559,7	0,9
Suécia	682,0	1,4	616,8	1	270,8	0,4
Outros	8.592,0	18,1	5.413,3	9	6.397,5	10,3
Total	47.578,9	100,0	60.135,3	99,9	62.310,5	100,1

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

Evolução da Importância de Cabo Verde nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Como cliente	Posição	21°	21°	21°	19°	18°
	%	0,49	0,47	0,48	0,55	0,61
Como fornecedor	Posição	94°	87°	103°	103°	102°
	%	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Principais Produtos transacionados - 2006

Exportações / Sector	10 ⁶ CVE
Peixes e crustáceos	956,9
Vestuário	421
Calçado	257,8
Produtos da indústria de moagem	75,9
Bebidas	57,4
Preparações de peixe e crustáceos	36,9

Fonte: INE-CV

Evolução da Balança Comercial

(10 USD)	2004	2005	2006	2007	2008 ^b
Exportação fob	57,5	88,9	121,8	76,5	90,0
Importação fob	435,4	437,7	563,3	743,6	837,1
Saldo	-377,9	-348,8	-441,5	-667,1	-747,1
Coeficiente de cobertura (%)	13,2	20,3	21,6	10,3	10,8
Posição no “ranking” mundial ^a					
Como exportador	180°	179°	180°	180°	Nd
Como importador	165°	166°	165°	161°	Nd

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU)

(a) WTO – World Trade Organization

(b) Estimativa

nd – não disponível

ANEXO II - Cálculo da Amostra

CÁLCULO DEL TAMAÑO DE UNA MUESTRA

INTRODUZCA EL MARGEN DE ERROR EN LA SIGUIENTE CASILLA
INTRODUZCA EL TAMAÑO DE LA POBLACION EN LA SIGUIENTE CASILLA

5,0%
395

TAMAÑO DE LA MUESTRA PARA NC 95%=

195

TAMAÑO DE LA MUESTRA PARA NC 97%=

215

ANEXO III - Explicação das Vantagens da OMC:

1. O sistema ajuda a promover a paz
2. A diferença trata-se de maneira construtiva
3. As regras facilitam a vida de todos
4. Uma maior liberdade de comércio significa um menor custo de vida
5. Oferece mais possibilidades de escolher produtos e características

6. O comércio aumenta os acessos
7. O comércio estimula o crescimento económico
8. Os princípios básicos dão mais eficácia ao sistema
9. A protecção dos governos frente aos grupos de pressão é maior
10. O sistema promove o bom governo

1) A paz é em parte o resultado de dois dos princípios do sistema de comércio: facilitar o livre fluxo do comércio e oferecer aos países um meio construtivo e equitativo para resolver as diferenças sobre questões comerciais. É também uma consequência da confiança e cooperação internacional que o sistema cria e fortalece.

2) A expansão do comércio poderia ter um aspecto negativo, pois mais comércio significa mais possibilidades de desacordo. Na realidade, as tensões comerciais internacionais reduzem-se bastante porque os países podem recorrer à OMC para resolver as suas divergências em matéria de comércio.

3) Na Organização as decisões tomam-se por consenso. Os Acordos da OMC foram negociados por todos os membros, aprovados por consenso e validados pelos membros do parlamento. Estes acordos aplicam-se a todos sem excepção e todos, ricos ou pobres, têm o direito de contestar as soluções para as suas divergências. Esta situação facilita a vida de todos. Os países mais pequenos podem dispor de um poder de negociação um pouco maior.

4) O proteccionismo custa caro, ou seja, aumenta os preços. O sistema mundial da OMC reduz os obstáculos comerciais mediante a negociação e aplica o princípio da não discriminação. O resultado é a diminuição dos custos de produção (porque são mais baratas as importações usadas para a produção), dos preços, dos produtos acabados e dos serviços, em síntese, do custo de vida.

5) A quantas coisas temos acesso graças à importação? Frutas e verduras fora de época, roupas, flores de todas as partes do mundo, livros, música, etc. Observemos tudo o que

desapareceria caso não tivéssemos acesso a bens exportados. As importações dão-nos a possibilidade de escolher.

6) Reduzir os obstáculos ao comércio permite a expansão comercial, que por sua vez aumenta os ingressos nacionais e individuais. Os economistas calculam que reduzindo as barreiras atribuídas na agricultura, manufacturas e serviços, estaríamos a proporcionar um impulso à economia mundial de 613.000 milhões de dólares.

7) O comércio tem potencial para a criação de empregos. A prática demonstra que a redução de obstáculos comerciais melhora a situação de emprego. Apesar de causar a extinção de alguns postos de trabalho, na verdade, possibilita a criação de outros postos de trabalho, sendo o balanço positivo.

8) O comércio permite uma divisão do trabalho entre os países. Os recursos podem ser aproveitados de uma forma mais racional e eficaz para a produção. No entanto, o sistema de comércio da OMC contribui para o reforço da eficácia e para a redução dos custos, devido aos importantes princípios que encarna.

9) Os governos devem estar preparados para poder fazer frente aos grupos de pressão. O sistema da OMC pode dar uma contribuição útil nesse sentido. A OMC engloba uma grande diversidade de sectores. Assim, se no decorrer de uma negociação comercial um grupo de pressão influencia o seu governo para que este seja considerado um caso especial que requer protecção, o governo pode contestar a pressão proteccionista alegando a necessidade de conseguir um acordo de alcance amplo que beneficie todos os sectores da economia.

10) Segundo as normas estabelecidas pela OMC, um compromisso, uma vez celebrado com o objectivo de liberalizar um sector comercial, não retrocede. Se para as empresas se pressupõe mais segurança e clareza no que concerne às condições comerciais, para os governos a sua postura deve ser sinónimo de disciplina.

Existem obstáculos comerciais particulares que causam danos que propiciam a corrupção e outras formas de má gestão pública. Um tipo de obstáculos que a OMC procura combater é os contingentes, que impõem uma quantidade restrita de importações e exportações por ano.

ANEXO IV - Explicação dos dez mal entendidos sobre a OMC

Os dez mal entendidos:

- 1) A OMC dita as políticas comerciais
- 2) A OMC advoga pelo livre comércio a todo o custo
- 3) Os interesses comerciais têm prioridade sobre o desenvolvimento
- 4) E sobre o meio ambiente
- 5) E sobre a saúde e a segurança
- 6) A OMC destrói postos de trabalho e acentua a pobreza
- 7) Os países pequenos carecem de poder dentro da OMC
- 8) A OMC é o instrumento dos grupos de pressão poderosos
- 9) Os países mais frágeis vêm-se forçados a aderir à OMC
- 10) A OMC é antidemocrática

1) A OMC não disse aos governos como estes deveriam conduzir as suas políticas comerciais. A OMC é uma organização gerida pelos seus Membros e isso significa que:

- As normas do sistema da Organização são acordos que resultam de negociações celebradas entre os governos dos países Membros;

- As normas são ratificadas pelos parlamentos dos Países Membros;
- As decisões adoptadas na OMC tomam-se, na generalidade, por consenso;

A única situação em que um órgão da OMC pode ter influência directa na política de um governo é o Órgão de Solução de Diferenças (integrado pelo conjunto dos membros).

2) Um dos princípios do sistema da OMC é que os países reduzam os seus obstáculos ao comércio para permitir que as correntes comerciais fluam com maior liberdade.

Posteriormente, os países beneficiam do aumento dos intercâmbios comerciais que resultam dessa redução. Todavia, o nível exacto a que se devem reduzir esses obstáculos é algo que os próprios países Membros negociam entre si.

3) O sistema de comércio da OMC assenta na ideia de que um comércio mais livre incentiva o crescimento económico e estimula o desenvolvimento. Nesse sentido, comércio e desenvolvimento são mutuamente beneficiados.

4) Muitas disposições têm expressamente em conta as preocupações ambientais. No preâmbulo do Acordo de Marraquexe no qual se estabelece a Organização Mundial do Comércio, citam-se entre os objectivos a utilização dos recursos mundiais, o desenvolvimento sustentável e a protecção do meio ambiente. Esta preocupação está pautada, em termos mais concretos, numa série de disposições redigidas na normativa da OMC.

5) Os acordos contêm cláusulas chave que permitem aos governos adoptar medidas destinadas a proteger a saúde e a vida das pessoas e dos animais ou mesmo dos vegetais. Alguns dos acordos centram-se com mais detalhe nas normas de produtos, na saúde e na falta de cuidado com os alimentos e outros produtos de origem animal e vegetal. O objectivo é defender o direito dos governos de garantir a segurança dos seus cidadãos. Ao mesmo tempo, os acordos têm, também o objectivo de impedir que os governos estabeleçam regulamentos arbitrários que se traduzam em discriminações para os bens e serviços estrangeiros.

6) “A OMC não destrói emprego nem acentua as diferenças entre os ricos e os pobres?” O comércio pode ser uma força muito poderosa para a criação de emprego e para a redução da pobreza. A relação entre o comércio e o emprego é complexa, assim como a relação entre comércio e igualdade.

Um comércio mais fluido e estável fomenta o crescimento económico. Pode contribuir para a criação de postos de trabalho, ou reduzir a pobreza e, muitas vezes permite fazer ambas as coisas. O primeiro beneficiário é o país, que reduz os seus próprios obstáculos

ao comércio. Em muitos casos, os trabalhadores do sector das exportações desfrutam de melhores salários e de uma maior segurança no emprego.

7) Os países pequenos seriam mais débeis sem a OMC. Esta organização aumenta o poder de negociação desses países. Nos últimos anos, têm participado cada vez mais activamente nas negociações da OMC, e apresentado um número, sem precedentes, de propostas nas conversações sobre agricultura, e têm vindo a intervir activamente na preparação das declarações e decisões do ministério adoptadas em Novembro de 2001, na capital do Qatar, Doha.

8) O sistema da OMC oferece aos governos um meio para reduzir a influência de uma série de interesses criados. Essa é a consequência natural do tipo de negociações conhecidas como “ronda”, ou seja, as negociações que abrangem um amplo grupo de sectores.

O resultado da ronda comercial assenta num equilíbrio de interesses. O governo pode, com maior facilidade, rejeitar a pressão de um determinado grupo alegando que teve de aceitar um acordo global pelo interesse geral do país. A este respeito, existe outro mal entendido, no que concerne à composição da OMC. Esta organização é formada por governos. No sector privado, as organizações não governamentais e outros grupos de pressão não participam nas actividades da OMC, salvo em acontecimentos especiais como os seminários e os congressos. Por conseguinte, unicamente podem exercer influência sobre as decisões da OMC através dos seus governos.

9) A maioria dos países garante que é melhor estar dentro do sistema da OMC que fora dele. Esse é o principal motivo pelo qual a lista dos países que negociam a sua adesão com a Organização inclui tantos países comerciantes. Mediante a sua adesão à OMC, os países pequenos podem aumentar o seu poder de negociação formando alianças com outros países que partilham os mesmos interesses.

10) Na OMC as decisões só se adoptam se houver consenso. Esse sistema é mais democrático do que por votação por maioria mas, não é permitido tomar nenhuma

decisão até que todos estejam de acordo. Seria errado pedir que todos os países tivessem o mesmo poder de negociação.

A regra do consenso implica que todos os países tenham voz e que assumam que estão em consenso. Com alguma frequência para poder persuadir um país relutante é preciso oferecer algo em troca.

ANEXO V - Regime de Investimento Estrangeiro

Com vista a potenciar e a incentivar o desenvolvimento de Cabo Verde, o Governo tem vindo a implementar um **programa de liberalização da economia**, que visa, entre outros objectivos, a captação do investimento privado, não apenas nacional, mas também estrangeiro.

A legislação cabo-verdiana é não discriminatória, concedendo ao investidor estrangeiro o mesmo tratamento que ao nacional. Garante, ainda, tratamento justo e equitativo, segurança e protecção de bens e direitos, transferência de divisas de todos os montantes a que legalmente o investidor tenha direito, estabelecimento de contas em divisas para realização de operações e a aplicação de um regime de recrutamento de trabalhadores estrangeiros, incluindo os respectivos direitos e garantias.

Como princípio geral, o acesso de estrangeiros ou nacionais à actividade económica não é objecto de restrições, estando consagrada a liberdade de estabelecimento em todos os sectores de actividade, não se encontrando, salvo disposição constitucional em contrário, nenhum sector vedado à iniciativa privada.

No entanto, quando a exploração do domínio público não é efectuada directamente pelos respectivos titulares, a gestão por particulares só poderá ocorrer em regime de concessão ou outro que não envolva a transmissão da propriedade dos bens a explorar. Aos projectos de investimento submetidos a aprovação, exige-se-lhes que possam trazer vantagens concretas para o desenvolvimento do país, designadamente no que respeita à

transferência de *know how* e ao aumento do valor acrescentado bruto, e que apresentem sempre um vector exportador.

Em termos de **formalidades a cumprir**, o investidor deverá solicitar uma autorização prévia para concessão do Estatuto de Investidor Externo. O pedido poderá ser efectuado Através do Cabo Verde Investimentos (CI). A resposta será transmitida ao potencial investidor num prazo máximo de trinta dias, sendo que se tal não ocorrer naquele prazo, o pedido é considerado deferido. Na sequência do deferimento do pedido, é emitido o Certificado de Investidor Externo, o qual permitirá ao investidor ter acesso aos incentivos previstos na Lei do Investimento Externo (Lei n.º 90/IV/93, de 15 de Dezembro). De referir que o Certificado expira se o investimento não for realizado no prazo de seis meses.

As operações de investimento externo estão sujeitas ao **registo no Banco de Cabo Verde** e, antes do início da actividade, o empreendimento deverá estar devidamente inscrito no departamento estatal competente, sendo inspeccionado no prazo de trinta dias a contar da data do pedido de inspecção.

Importa ainda fazer referência à **Convenção de Estabelecimento**. Trata-se de uma forma especial de investimento externo, sendo celebrada, por iniciativa do Governo, entre o Estado e o investidor estrangeiro, com vista ao exercício de uma determinada actividade económica no país. Tendo em conta o regime excepcional previsto numa Convenção de Estabelecimento, esta só pode ser celebrada relativamente a actividades que, pela sua dimensão, natureza, implicações económicas, sociais, ecológicas ou tecnológicas, ou por outras circunstâncias, sejam consideradas de interesse relevante no quadro da estratégia de desenvolvimento nacional, ou recomendem a adopção de cláusulas, garantias ou condições especiais não incluídas no regime geral vigente.

Em termos de **incentivos**, a legislação prevê:

- ✓ Lei do Investimento Externo – isenções e reduções fiscais, protecção de bens e direitos, dedução de impostos sobre lucros reinvestidos, transferência para o exterior de dividendos e lucros, abertura de contas em divisas e sua livre movimentação;

- ✓ Incentivos às Exportações e Reexportações de Bens e Serviços – isenções e facilidades aduaneiras, isenções e reduções fiscais, livre exportação de produtos;
- ✓ Possibilidade de obtenção do Estatuto de Empresa Franca, o qual é atribuído apenas às empresas produtoras de bens e serviços que se destinem exclusivamente à exportação ou à venda a outras empresas francas em Cabo Verde.

Existe ainda a possibilidade de obtenção de instalações industriais de renda mínima ou opção de compra, o financiamento de programas de formação de trabalhadores cabo-verdianos e o financiamento de assistência técnica, além de incentivos específicos sectoriais, incluídos na legislação que regulamenta os respectivos sectores de actividade, nomeadamente a indústria e o turismo.

Os bens produzidos em Cabo Verde dispõem também de condições de acesso preferencial aos mercados da União Europeia (Acordo de Cotonou), aos EUA (Sistema de Preferências Generalizadas e AGOA-African Growth Opportunity Act), à China e à CEDEAO.

Finalmente, de forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foram assinados entre Portugal e Cabo Verde o Acordo sobre Promoção e Protecção de Investimentos e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, ambos em vigor.

Quadro Legal

Regime de Importação

- ✓ *Ordem de Serviço n.º 04/2009/00.10.01, de 13 de Fevereiro de 2009* – Estabelece a obrigatoriedade da declaração do NIF (Número de Identificação Fiscal) nas operações aduaneiras.
- ✓ *Decreto n.º 68/2005, de 31 de Outubro* – Revê o Regime Jurídico do Comércio Externo.

- ✓ *Lei n.º 14/VI/2002, de 19 de Setembro* – Aprova a Pauta Aduaneira Cabo-verdiana, baseada no Sistema Harmonizado.

Regime de Investimento Estrangeiro

- ✓ *Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de Outubro* – Aprova o Código Laboral.
- ✓ *Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de Janeiro* – Estabelece o Regime de Estatuto de Utilidade Turística.
- ✓ *Decreto-Regulamentar n.º 7/2004, de 11 de Outubro* – Aprova os Estatutos da Cabo Verde Investimentos – Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos.
- ✓ *Lei n.º 46/VI/2004, de 12 de Julho* – Cria a Taxa Ecológica.
- ✓ *Lei n.º 22/VI/2003, de 14 de Julho* – Aprova o Regulamento do Imposto sobre Consumos Especiais.
- ✓ *Lei n.º 21/VI/2003, de 14 de Julho* – Aprova o Regulamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- ✓ *Decreto-Lei n.º 1/96, de 15 de Janeiro* – Regulamenta o Imposto Único sobre Rendimentos.
- ✓ *Lei n.º 127/IV/95, de 26 de Junho* – Estabelece o Imposto Único sobre Rendimentos.
- ✓ *Decreto Regulamentar n.º 1/94, de 3 de Janeiro* – Disciplina os processos de autorização para a realização de investimentos externos e para a organização do respectivo registo, previstos na Lei n.º 90/IV/93.
- ✓ *Lei n.º 99/IV/93, de 31 de Dezembro* – Define o Estatuto de Empresa Franca.
- ✓ *Lei n.º 90/IV/93, de 15 de Dezembro* – Estabelece as condições gerais da realização de investimentos externos em Cabo Verde, bem como os direitos, garantias e incentivos atribuídos neste contexto.

Acordos Relevantes

- *Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, de 12 de Julho* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, entre Portugal e Cabo Verde.
- *Decreto n.º 32/91, de 26 de Abril* – Aprova o Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, entre Portugal e Cabo Verde.

Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: Exigido a todos os visitantes.

Visto: É necessário.

Vacinas: Não existe obrigatoriedade, mas é aconselhável a vacinação contra a febre-amarela.

ANEXO VI - Questionário

Questionário

Chamo-me **Ana Maria Gomes Pires**, e sou finalista no presente ano lectivo do Curso de Complemento conducente a Licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo Controlo Financeiro, ministrada pelo Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE.

Estando em fase de realização do meu TFC- Trabalho de Fim de Curso sobre o tema “*A Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio: Problemas, desafios e perspectivas*”, a informação a recolher no seio do tecido empresarial através deste questionário, destina-se única e exclusivamente à sua realização, pelo que garantimos o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Por favor, assinale as suas opções com uma cruz.



Caso necessitar corrigir a sua opção, por favor anule a anterior escolha com um círculo e assinale novamente a classificação correcta com uma cruz.

1 – Como é que define a sua empresa?

- ☐ 1.1 Micro Empresa (≤ 3 trabalhadores e volume de negócios $\leq 5.000.000\$00$)
- ☐ 1.2 Pequena Empresa (≤ 11 trabalhadores e volume de negócios $\leq 50.000.000\$00$)
- ☐ 1.3 Média Empresa (≤ 51 trabalhadores e volume de negócios $\leq 150.000.000\$00$)
- ☐ 1.4 Grande Empresa (superior as anteriores classificações)

2– Sabe, ou tem a noção do que é a Organização Mundial do Comércio (OMC)?

- ☐ 2.1- Sim
- ☐ 2.2- Mais ou menos
- ☐ 2.3- Não
- ☐ 2.4- Nunca ouvi falar

3 – Se escolheu uma das opções 2.1 ou 2.2, sabe quais são os seus objectivos?

- ☐ Sim ☐ Não

4 – Tem conhecimento de que Cabo Verde já é membro da OMC?

☐ Sim ☐ Não

5 – Se respondeu sim a pergunta 4, como é que obteve esta informação?

- ☐ Comunicação Social (rádio, televisão, jornal)
☐ Ministério de Economia
☐ Câmaras de Comércio

Outro _____

☐ Ambas

6 – Acha que as informações disponibilizadas têm sido suficientes para lhe permitir formular uma opinião crítica a respeito deste assunto?

☐ Sim ☐ Não

7 - Se não, e na sua opinião, o que deveria ser feito?

8 - Acha benéfico para o tecido empresarial esta adesão de Cabo Verde à OMC?

☐ Sim ☐ Não

9– Justifique a opção escolhida no ponto 8?

10 – Acha que as vantagens e/ou oportunidades advindas desta adesão serão iguais para todas as empresas nacionais?

☐ Sim ☐ Não

11 – Justifique a opção escolhida no ponto 10?

12 – Ainda que seja em alguns aspectos, acha que já dá para sentir algumas mudanças advindas desta adesão?

☐ Sim ☐ Não

13 - Se sim, quais são?

14 – Por fim, acha que o tecido empresarial nacional está preparado para enfrentar os desafios que a adesão à OMC acarreta?

☐ Sim
☐ Não
☐ Talvez

15 - Justifique a opção escolhida no ponto 14?

Muito obrigada pela sua disponibilidade!

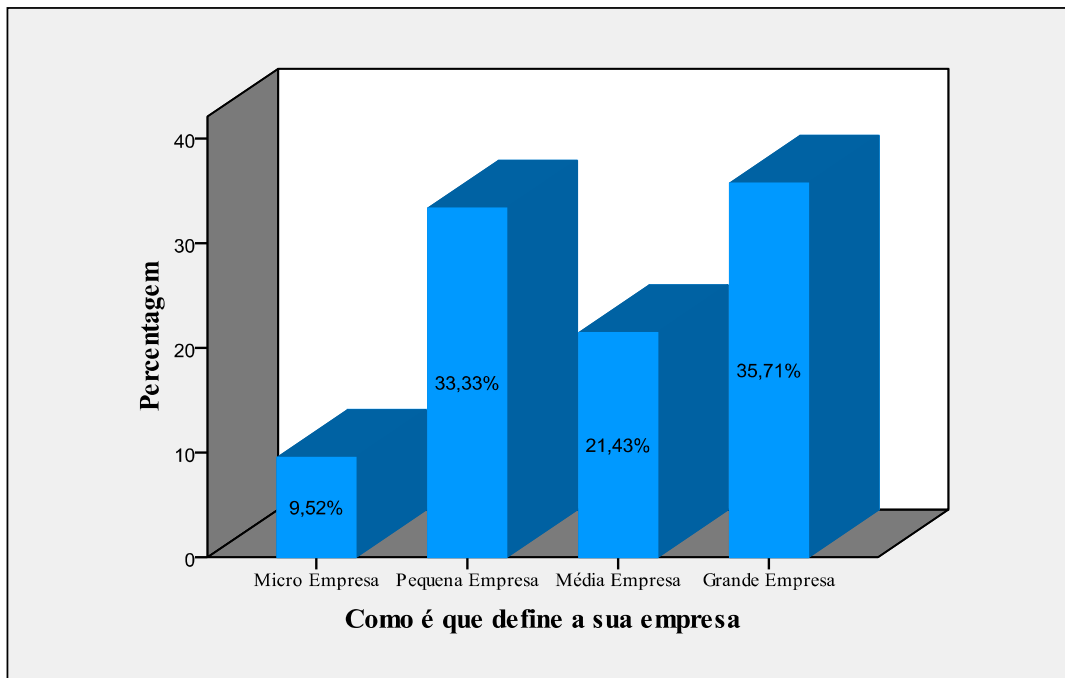
ANEXO VII - Países Membros OMC

África do Sul	Estónia	Moçambique
Albânia	Fiji	Moldávia
Alemanha	Filipinas	Mongólia
Angola	Finlândia	Namíbia
Antígua e Barbuda	França	Nicarágua
Argentina	Gabão	Níger
Arménia	Gâmbia	Nigéria
Austrália	Gana	Noruega
Áustria	Geórgia	Nova Zelândia
Bahrain	Granada	Oman
Bangladesh	Grécia	Paquistão
Barbados	Guatemala	Panamá
Bélgica	Guiné Bissau	Papua Nova Guiné
Belize	Guiné	Paraguai
Benin	Guiana	Peru
Bolívia	Haiti	Polónia
Botswana	Holanda	Portugal
Brasil	Honduras	Quénia
Brunei	Hong Kong (China)	Quirguistão
Bulgária	Hungria	Reino Unido
Burkina Faso	Índia	Rep. Centro Africana
Burundi	Indonésia	Rep. Dem. do Congo
Camarões	Irlanda	República Checa
Canadá	Islândia	República Dominicana
Catar	Ilhas Salomão	Roménia
Chade	Israel	Ruanda
Chile	Itália	São Cristóvão e Névis
Chipre	Jamaica	S.Vicente e Granadinas
Singapura	Japão	Santa Lúcia
Colômbia	Jordânia	Senegal

União Europeia	Kuwait	Serra Leoa
Congo	Lesoto	Sri Lanka
Coreia	Letónia	Suécia
Costa Rica	Liechtenstein	Suíça
Costa do Marfim	Lituânia	Suriname
Croácia	Luxemburgo	Suazilândia
Cuba	Macau (China)	Tailândia
Dinamarca	Macedónia	Taiwan
Djibuti	Madagáscar	Tanzânia
Dominica	Malásia	Togo
Equador	Malauí	Trinidad e Tobago
Egipto	Maldivas	Tunísia
El Salvador	Mali	Turquia
Emirados Árabes Unidos	Malta	Uganda
Eslováquia	Marrocos	Uruguai
Eslovénia	Maurício	Venezuela
Espanha	Mauritânia	Zâmbia
Estados Unidos América	México	Zimbabwe
Cambodja	Mianmar	Cabo Verde
China	Nepal	Ucrânia
Vietnam	Tonga	Arábia Saudita

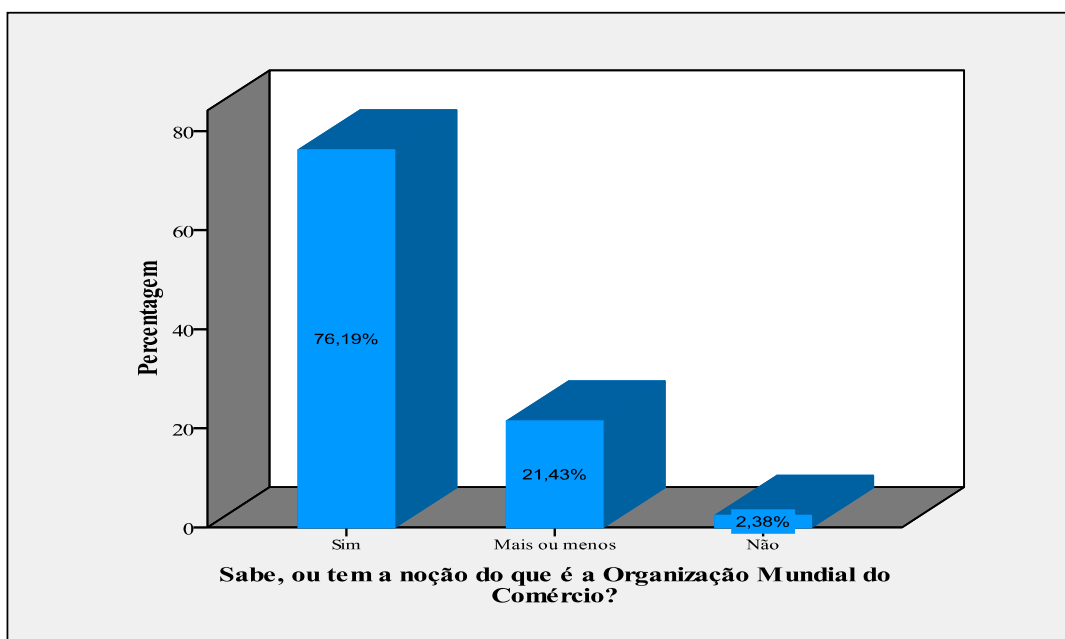
ANEXO VIII – Gráficos sobre a Análise do Caso Prático

Gráfico III - Definição da Empresa



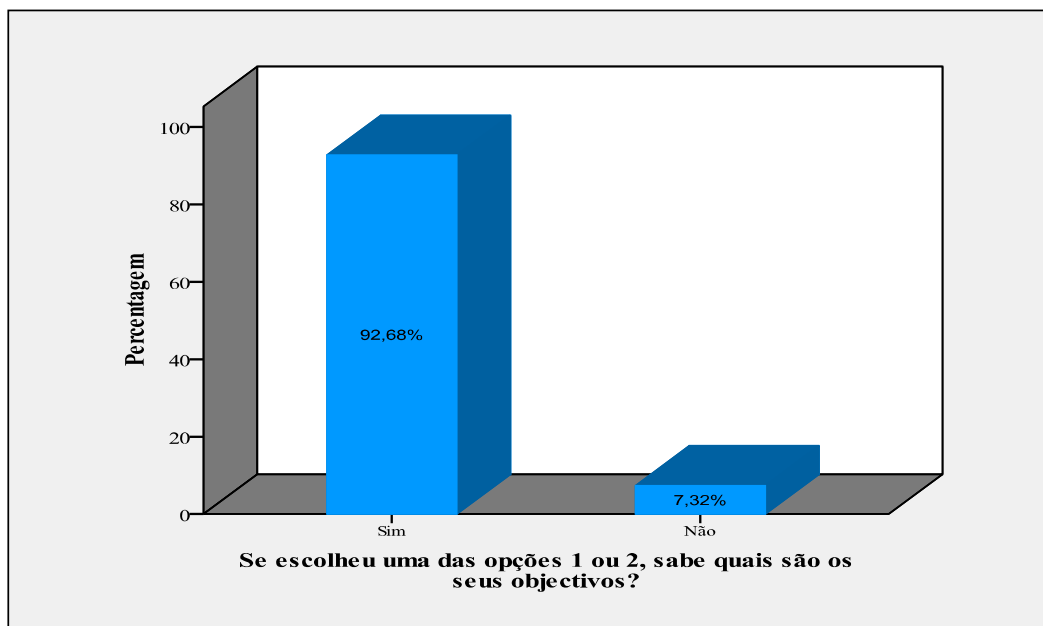
Fonte: SPSS

Gráfico IV - Tem a noção do que é a Organização Mundial do Comércio?



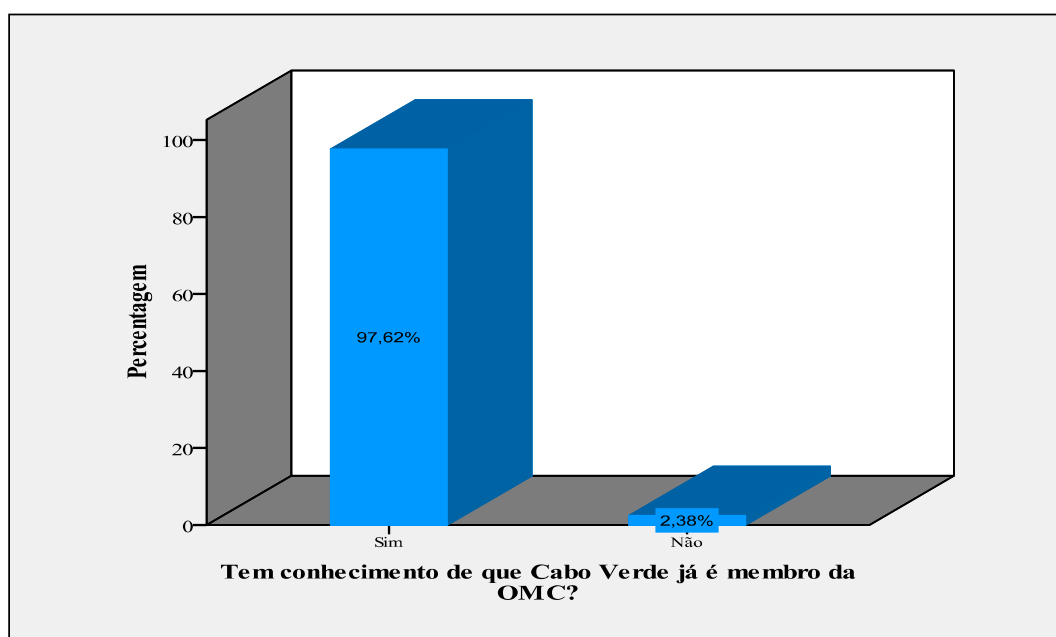
Fonte: SPSS

Gráfico V - Sabe quais são os objectivos da OMC?



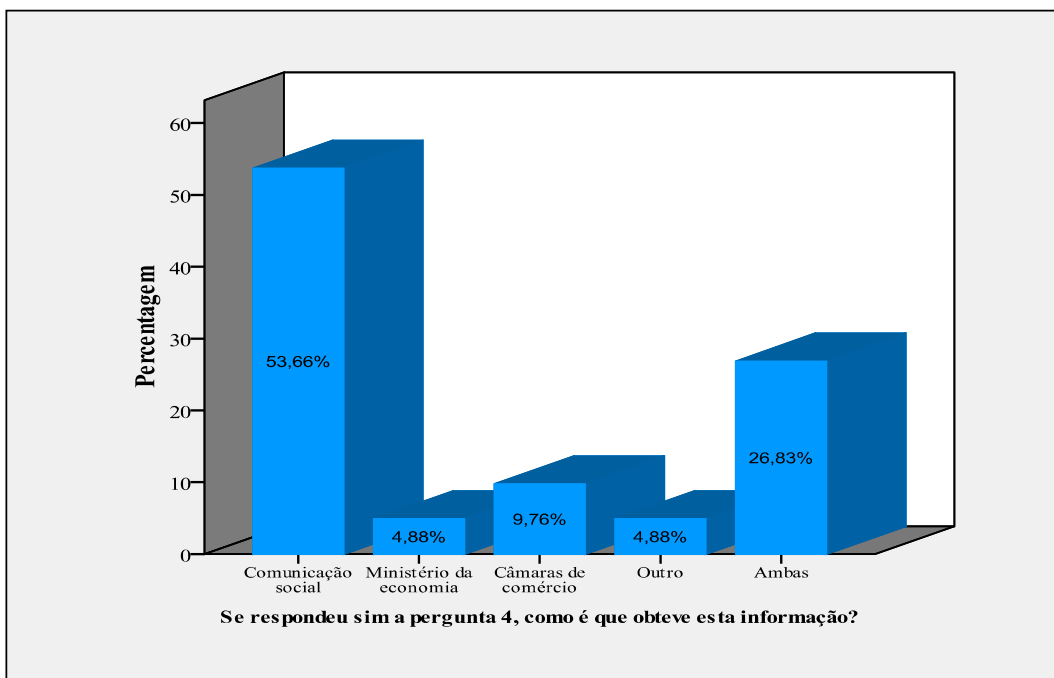
Fonte: SPSS

Gráfico VI - Tem conhecimento de que Cabo Verde já é membro da OMC?



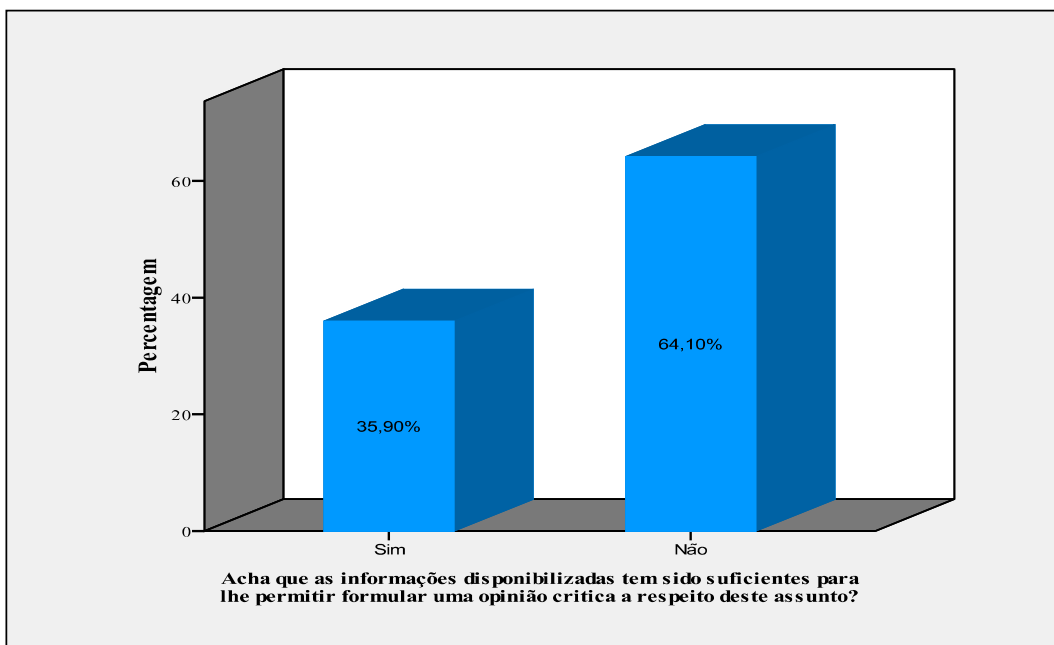
Fonte: SPSS

Gráfico VII - Como é que obteve esta informação?



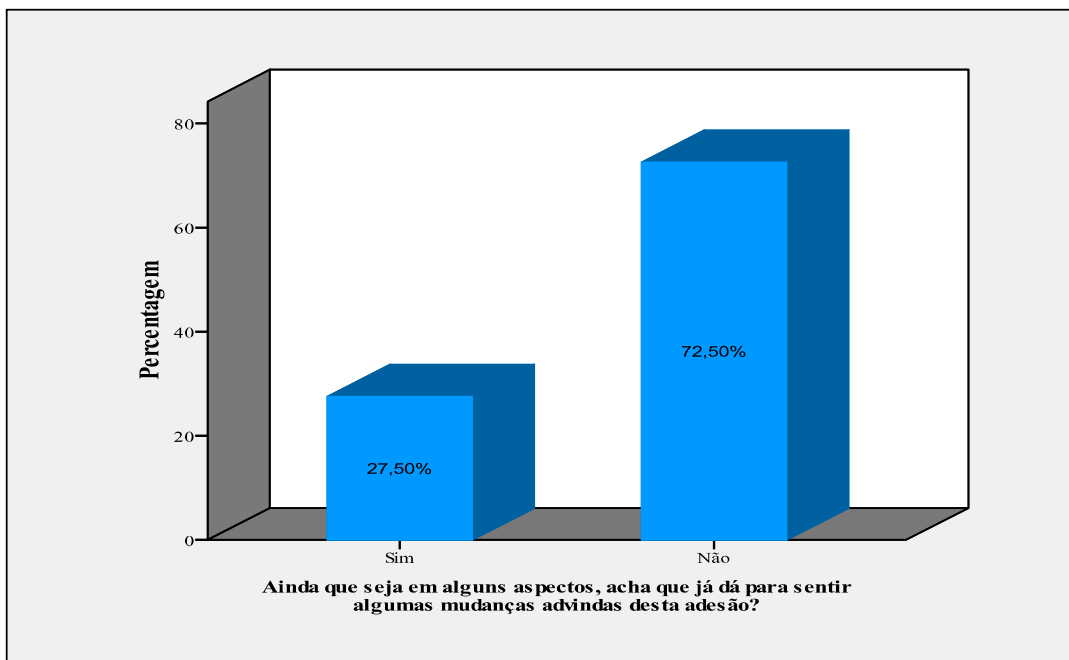
Fonte: SPSS

Gráfico VIII - As informações disponibilizadas são suficientes para formular uma opinião crítica a respeito deste assunto?



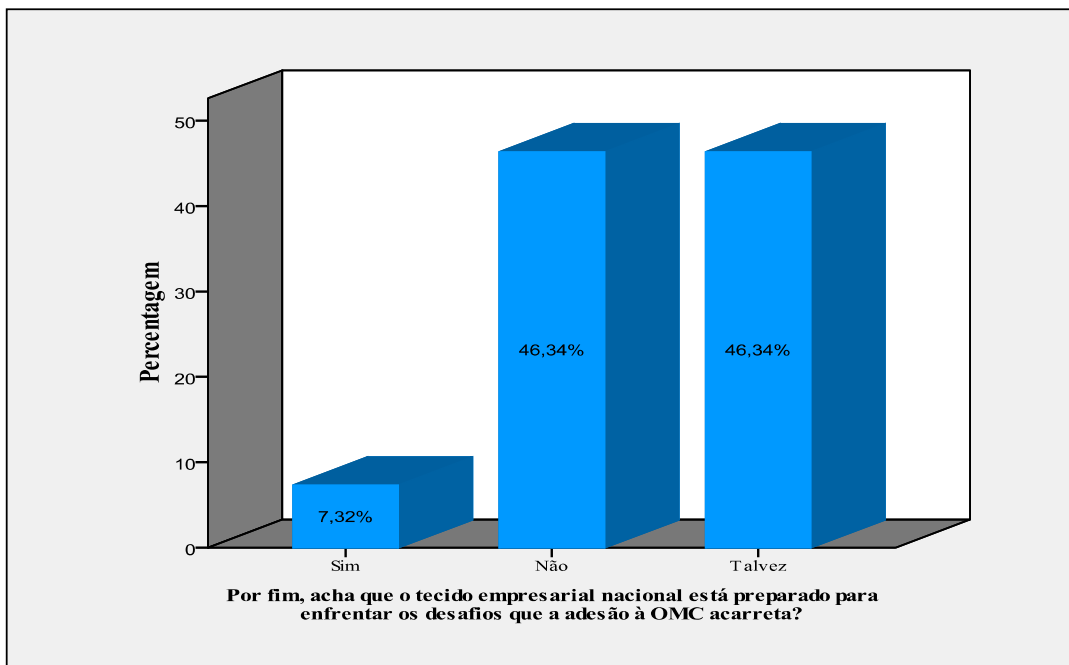
Fonte: SPSS

Gráfico IX - Acha que já dá para sentir algumas mudanças advindas desta adesão?



Fonte: SPSS

Gráfico X - O tecido empresarial nacional está preparado para enfrentar os desafios da adesão?



Fonte: SPSS

ANEXO IX – Lista dos Compromissos em Mercadorias

3 – Lista de compromissos em mercadorias (continuação)

• 3.1 – Produtos Industriais

- Em relação aos produtos cobertos pelo Acordo sobre a Aviação Civil e Tecnologia de Informação, foi negociado um período de 10 anos, durante o qual os Direitos Aduaneiros serão reduzidos até atingirem o nível zero, ano de 2018.

3 – Lista de compromissos em mercadorias (continuação)

• 3.2 – Produtos Agrícolas

- Cabo Verde não possui programas de subsídio a exportação.
- Os programas domésticos existentes, são destinados para o apoio ao ambiente, gestão das florestas, conservação de água, pesquisas agrícolas, sistema de irrigação e desenvolvimento da pecuária.

9. PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA A REDUÇÃO DAS TAXAS

- Foi negociado um período de transição de até 10 anos, com início em 2009 e término em 2018, durante o qual os produtos cobertos pelos dois acordos deverão atingir o nível zero. Assim:
 - Taxas de 30% - Período de 10 anos (3% ao ano);
 - Taxas de 20% - 8 anos com término em 2016 (2,5% ao ano);
 - Taxas de 10% - 5 anos com término em 2013 (2% ao ano); e,
 - Taxas de 5% - 2 anos com término em 2010.

HS	Description	Taxa consolidada na data de adesão	Taxa Final consolidada	Taxa Corrente Aplicada	Implementação
08.07	Melões, melancias e papaia ou mamões, frescos.				
	- Melões e melancias:	22	20	L	2013
0807.11.00.00	- - Melancias				
0807.19.00.00	- - Outros	22	20	L	2013
0807.20.00.00	- Papaia ou mamões	22	20	L	2013
08.08	Maçãs, peras e marmelos, frescos				
0808.10.00.00	- Maçãs	22	20	L	2013
0808.20.00.00	- Peras e marmelos	22	20	L	2013
08.09	Damascos, cerejas, pêssegos (incluídas as nectarinas) ameixas e abrunhos, frescos				
0809.10.00.00	- Damascos	22	20	L	2013
0809.20.00.00	- Cerejas	22	20	L	2013
0809.30.00.00	- Pêssegos, incluídas as nectarinas	22	20	L	2013
0809.40.00.00	- Ameixas e abrunhos	22	20	L	2013
08.10	Outras frutas frescas				
0810.10.00.00	- Morangos	22	20	L	2013